

Acção Socialista

Nº 1203 - 10 Setembro 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



POLÍTICA DE DIREITA LEVA ECONOMIA AO FUNDO

Por mais que a propaganda oficial do Governo tente fazer crer que a retoma está a chegar, infelizmente a crueldade dos dados agora divulgados pelo INE revela que a economia portuguesa tem o pior desempenho da União Europeia. Entre o segundo trimestre de 2002 e o segundo trimestre de 2003, o PIB nacional sofreu uma quebra de 2,3 por cento, ao passo que a União cresceu em média 0,5 por cento. A estes dados junta-se o drama dos números do desemprego. Num ano, até Julho passado, o número de desempregados aumentou de 326.593 para 419.375. Isto significa que há mais 11 desempregados por cada hora que passa, ou seja mais 264 por dia. O País está a afundar-se. Os portugueses têm cada vez mais dificuldades. O Estado social está a desaparecer. É preciso dizer basta!

3



RENTRÉE

Ferro acusa Governo de lançar o País em recessão profunda

4

UNIVERSIDADE DE VERÃO

Os caminhos de uma governação progressista

6

ALQUEVA

O empreendimento que nos orgulha

12

ENTREVISTA

António José Seguro: Gabinete de Estudos prepara propostas para o futuro

8

Revista mensal de Acção Socialista.
Revista mensal de Acção Socialista.
Revista mensal de Acção Socialista.
Revista mensal de Acção Socialista.

30 ANOS
PS

Já Disponível

UNIDADE E ABERTURA

1. Um governo existe, nos termos constitucionais, para dirigir a administração pública. É sua a responsabilidade política pelo que de bom e pelo que de mau se verifica no funcionamento da administração e no cumprimento dos serviços e obrigações do Estado. Quando as coisas correm mal, quando surgem problemas, quando enfrentamos situações de crise, em todo o mundo civilizado os governantes aparecem, dão a cara, assumem as suas responsabilidades, comunicam com as populações. Pois bem: a direita que nos governa ignora esta regra básica. Faz mais: faz do desrespeito ostensivo por este dever um método de actuação. Nas últimas semanas, temos tido ilustrações gritantes deste método. Rebutaram os incêndios e durante três dias o primeiro-ministro e os seus ministros andaram desaparecidos. Aumentou o número de mortes devido ao calor e o ministro da Saúde permaneceu em silêncio. (Depois, quando finalmente decidiu falar, foi para inventar uma mentira ofensiva para todos, a de só terem sido cinco as vítimas "directas" do calor). Já antes, face aos problemas relativos à correcção das provas de exame do 12º ano e ao atraso na publicação das notas e no início das candidaturas ao ensino superior, o ministro da Educação se havia eclipsado. Temos agora um recentíssimo exemplo, na queda da ponte pedonal do IC 19. Ninguém do governo apareceu para sequer tomar conhecimento no local do acidente, quanto mais para fornecer explicações, para sossegar as pessoas, para assumir responsabilidades! É como se o Instituto de Estradas não tivesse tutela, como se não houvesse Ministério das Obras Públicas, como se a segurança da circulação das pessoas não fosse uma obrigação fundamental do Estado! Nós sabemos como se chama, em português, a esta atitude: chama-se cobardia.

2. A propaganda do governo e dos partidos que o suportam gosta de brandir a bandeira do reformismo. A acreditar neles, Durão Barroso chefiaria uma equipa genuinamente empenhada em realizar reformas em domínios cruciais da despesa pública, como a educação ou a saúde; e a política orçamental de contenção imposta pela ministra das Finanças, além de necessária, teria a virtude de obrigar à concretização de tais reformas. Vejamos então os factos. Na educação básica e secundária, aquilo a que estamos a assistir é ao regresso da instabilidade em dimensões básicas do funcionamento do sistema, como as provas de avaliação nacional e a colocação dos professores. No ensino superior, a "reforma" reduz-se ao corte de vagas nos melhores cursos do ensino público e à transferência para as famílias, através do aumento das propinas, dos custos da quebra no financiamento de universidades e politécnicos. Na saúde, os factos são ainda mais clamorosos: o mesmo governo que apregou o fim das listas de espera de cirurgias em dois anos aumentou, digo bem, aumentou a dimensão destas listas. De acordo com os números do próprio Ministério, havia 123 mil pessoas em lista de espera, em Julho de 2002; agora, são 155 mil! Quanto à política orçamental, nem há promoção do investimento, nem há diminuição da despesa corrente, nem há reorientação da despesa. Está parada a larga maioria dos grandes projectos de investimento público que este governo

herdou: o Alqueva, o TGV, o aeroporto da Ota. A brutal redução do investimento público tem como consequência o agravamento da depressão da economia; ora, menos crescimento económico, menos receitas fiscais, logo mais dificuldades para equilibrar as contas do Estado! No lado da despesa, não se assinala praticamente nenhum sinal positivo; a despesa continua a crescer, até porque o governo parece não conhecer restrições quando se trata de alinhar cegamente com o unilateralismo norte-americano (não custa pelo menos oito milhões o envio da GNR para o Iraque?).

O Banco de Portugal foi muito claro. A soma dos expedientes usados por Manuela Ferreira Leite para chegar ao défice de 2,7 por cento em 2002 (venda de património, venda da rede fixa à PT, perdão fiscal) representou 1,5 por cento do PIB. Logo, sem tais expedientes, o défice teria sido de 4,2 por cento - isto é, superior ao valor mais alto escolhido por Durão Barroso para determinar o défice de 2001! E o mesmo rol de expedientes está a ser usado em 2003 pelas Finanças, com a agravante da irresponsabilidade de integrar o fundo de pensões dos CTT na Caixa Geral de Aposentações, obtendo agora um encaixe contabilístico à custa de onerar no futuro todos os funcionários! (E não colhe o argumento de que o PS havia seguido truque semelhante, aquando da integração do fundo de pensões do BNU: esta era a consequência lógica da integração do próprio banco no grupo da CGD).

Não temos, pois, reformismo no governo: temos incompetência.

3. A direita está acossada pela realidade dos factos: pela falência da sua política, pela evolução da crise económica e social, pela mediocridade do seu governo e administração. É por isso que usa todas as armas contra a direcção do Partido Socialista e a figura do seu secretário-geral.

Os socialistas devem compreender bem o que se passa. A sucessão de ataques a Ferro Rodrigues, a tentativa de feri-lo na sua credibilidade pessoal, constituem uma estratégia política, orientada ao mais alto nível, pela central de comunicação da actual maioria, e que não procura apenas atingi-lo a ele, mas sim tolher os movimentos do PS e dos seus quadros dirigentes.

Só é possível resistir a esta estratégia, enfrentá-la e derrubá-la, de duas maneiras complementares. A primeira é a unidade política. Não uma unidade conseguida à custa de silenciar o debate interno ou esconder as divergências de opinião, mas a unidade construída em torno dos princípios do PS (que tão diferentes são desta direita sem escrúpulos), em torno do programa do PS (que tão diferente é dos propósitos deste governo) e em torno das decisões tomadas pelos órgãos colectivos de direcção política do partido.

A segunda é a abertura. A abertura ao quotidiano vivido pelas pessoas, os seus problemas e os seus anseios, abertura às forças sociais, económicas e sociais que fazem a sociedade portuguesa, consciência plena de que os problemas que interessam não são as quezílias de personalidades ou grupos, mas sim os problemas dos nossos concidadãos, dos nossos eleitores.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Agosto Santos Silva

A direita está acossada pela realidade dos factos: pela falência da sua política, pela evolução da crise económica e social, pela mediocridade do seu governo e administração. É por isso que usa todas as armas contra a direcção do Partido Socialista e a figura do seu secretário-geral.

Espero que tenha reparado

ANTOONIO COLAÇO

— OU É DA MINHA VISTA OU ISTO É MANOBRA SANTANISTA!



COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

MANIGÂNCIAS PARA CONTROLAR DÉFICE PÚBLICO CONDENADAS PELO PS

Depois de ter colocado o País numa "grave recessão económica", o Governo não hesita em manter o défice público abaixo dos três por cento do PIB à custa da utilização do fundo de pensões dos CTT. A denúncia foi reiterada, mais uma vez, na reunião da Comissão Política Nacional, que se realizou no passado dia 4, na sede nacional, altura em que o porta-voz do PS acusou a ministra das Finanças de recorrer a "uma manigância" para "mascarar a incapacidade do Governo para cumprir o défice público".

"É uma forma estranha de gerir negócios públicos", declarou Vieira da Silva, que contestou a utilização do fundo de pensões dos CTT, advertindo mesmo assim, que "tudo aponta para que o défice venha a ser ainda maior".

Face ao que disse ser a revisão em baixa das contas públicas inscrita no último relatório enviado à Comissão Europeia, Vieira da Silva sustentou que o Executivo de direita deverá esclarecer o País sobre a verdadeira previsão do valor do défice para o ano em curso. O porta-voz do PS chamou ainda a atenção para o facto da situação social do País continuar a agravar-se em muitos aspectos decisivos do quotidiano dos portugueses.

Vieira da Silva exemplificou com o "crescimento dramático do desemprego juvenil" que "atinge sobretudo os jovens com elevadas qualificações académicas".

"O desemprego dos jovens licenciados começa a ser um problema grave em Portugal, sustentou o dirigente do PS, acusando de seguida o Governo por ainda não ter encontrado soluções para esta situação.

Quanto à actividade parlamentar, Vieira da Silva assegurou que a bancada socialista levará "propostas concretas" ao próximo debate sobre a reforma da administração pública, fará uma "avaliação aprofundada sobre o impacto da política de saúde do Governo" e chamará à discussão os problemas do



desemprego e da economia.

O porta-voz socialista confirmou igualmente que o PS não acompanhará o PCP no pedido de fiscalização

sucessiva do Código do Trabalho, embora esteja em desacordo com o documento aprovado pela maioria na Assembleia da República, salientando

ainda que o partido também não concorda com as correcções que foram introduzidas no documento após as inconstitucionalidades detectadas pelo

GOVERNO CONFIRMA RECESSÃO E AGRAVA DÉFICE

O Governo português comunicou a Bruxelas, no reporte de défices excessivos de Setembro, um forte agravamento quer do défice do conjunto das Administrações Públicas (mais 569,5 milhões de euros, o que representa mais 17,2 por cento) quer do défice orçamental. O novo valor do défice orçamental foi fixado em 2,94 por cento, enquanto o da dívida pública se situa agora em 59,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Mas o mais surpreendente é a revisão em baixa do PIB, pois o novo valor, 131.993,8 milhões de euros, a preços de mercado, significa que o Governo, pela primeira vez, admite que no ano de 2003 a taxa de variação real do PIB é negativa, menos 0,9 por cento.

Agora até o Governo já admite que em 2003 Portugal está em recessão.

Tribunal Constitucional.

"Não é a forma mais acertada de o fazer, há outras", afirmou Vieira da Silva.

Por último, o dirigente socialista voltou a manifestar-se contra o envio de uma força da GNR para o Iraque, "enquanto não for reposta uma situação conforme o direito internacional".

"Enquanto a ONU não tiver um papel fundamental no Iraque, o envio de forças da GNR não corresponde aos interesses de Portugal", concluiu.

Nazaré acusa Ferreira Leite de incoerência

A transferência do Fundo de Pensões dos CTT para a Caixa Geral de Aposentações para efeitos de redução do défice público foi encarada pelo dirigente socialista Luís Nazaré como "mais um registo da incoerência política" da actual ministra das Finanças, que recupera uma fórmula utilizada em 1997 no Governo de António Guterres, com a contabilização da integração do Fundo de Pensões do BNU nas receitas do Estado – uma medida que mereceu, na altura, fortes críticas de Manuela Ferreira Leite.

A actual titular da pasta das Finanças acusou então o Governo socialista de estar a maquilhar as contas públicas com receitas que não conseguiam arrecadar por via fiscal. "Há dinheiros que nenhum Governo deve em tempo algum mexer", considerava então a actual governante. O secretário nacional do PS considera que "a tentativa desesperada de controlar o défice público não é o caminho a seguir", acrescentando que "não se pode passar a vida com expedientes, à procura de parcelas extraordinárias para segurar as contas. Assim, vai ser o Estado a ficar de tanga". Luís Nazaré manifesta, por outro lado, a sua preocupação com a garantia dos "interesses e direitos, presentes e futuros, das pessoas". É que, frisa, "seria insuportável que elas fossem minimamente beliscadas".

PIB VOLTA A CAIR

PORTUGAL CADA VEZ MAIS LONGE DA MÉDIA COMUNITÁRIA

São falsos, infelizmente, os anúncios de retoma económica que insistentemente o Governo e os seus cronistas vêm tornando públicos. O desmentido voltou agora a ser feito através da divulgação dos dados do Instituto Nacional de Estatística, que revelam, relativamente ao período homólogo de 2002, uma quebra de 2,3 por cento do PIB no segundo trimestre deste ano, deixando o país cada vez mais longe da média comunitária.

A situação a que o Governo do PSD/PP arrastou o país começa a ser verdadeiramente insustentável, por mais que a propaganda oficial tente fazer crer o contrário. O descontentamento e

desconfiança dos consumidores e investidores tem impedido a economia de sair do vermelho e o desemprego não pára de aumentar. E enquanto não houver confiança e investimento, congelado por causa da contenção orçamental, não é possível haver recuperação.

Os diversos indicadores da economia são desfavoráveis. Tanto as vendas de bens e serviços ao exterior como a procura interna caíram no último trimestre. No primeiro caso, houve uma quebra de 0,2 por cento depois de no primeiro trimestre terem registado alguma recuperação. Quanto à procura interna, registou-se uma quebra acentuada no

consumo público de 1,1 por cento, a mesma que se verificou quanto ao consumo privado.

A queda no investimento é enorme, da ordem dos 11,4 por cento. Com efeito, nos últimos tempos tem sido divulgada em alguns estudos a falta de atractividade do nosso país para o investimento. Talvez tenha sido por isso que o ministro da Economia, Carlos Tavares, foi ao Porto no passado dia 9 dizer que o país tem mesmo de se tornar atractivo num curto prazo, ou nunca poderá ser rico. Mas a verdade é que as receitas para sair da crise tardam em ser descobertas e aplicadas. Afinal, não eram os socialistas que não eram

capazes de gerir a economia e proporcionar riqueza e bem estar aos portugueses. É o PSD-PP sob a tutela de Durão Barroso que tem estado a debilitar a economia e a prejudicar a qualidade dos serviços públicos, para prejuízo de todos, que assim vêm adiada a sua esperança de um futuro melhor para si e para os seus filhos.

Voltando às contas públicas, repara-se que a quebra no consumo privado e público e o investimento traduzem um recuo da procura interna da ordem dos 3,7 por cento. De acordo com os alguns cálculos que foram divulgados, a economia portuguesa precisa crescer até ao final do ano 1,8 por cento para evitar

uma contracção anual, o que se afigura difícil, dado o estado actual de depressão do país e à obstinação do Governo em não aumentar o investimento público.

O Governo tem feito discursos contraditórios, sinal evidente do seu desnorte. Por um lado, afirma querer aproximar o crescimento português do da média europeia. Por outro, é a própria ministra das Finanças que divulga que o PIB vai contrair-se 1 por cento em 2003. A verdade é que, ao contrário dos parceiros comunitários, que embora relativamente pouco lá vão crescendo, o nosso país tem cada vez mais dificuldades.

RENTRÉE SOCIALISTA

GOVERNO LANÇOU PAÍS EM PROFUNDA DEPRESSÃO

A economia e o desemprego são os maiores desastres do Governo PSD/PP, que insiste em confundir propaganda com a efectiva resolução dos problemas. Num fortíssimo ataque ao Executivo e às suas políticas, Ferro Rodrigues sublinhou que não só a situação portuguesa piorou, como não se vislumbram os sinais de recuperação prometidos pelo primeiro-ministro há um ano atrás. Na festa de Verão do PS, o secretário-geral apelou a uma remodelação ministerial que reconduza o PP à sua dimensão eleitoral e substitua os ministros manifestamente ineptos.

O secretário-geral do PS acusou o CDS-PP de ser radical e populista e aconselhou o primeiro-ministro a remodelar o Governo para reduzir o excessivo peso dos populares.

Num discurso de 45 minutos que marcou, em Portimão, a *rentrée* dos socialistas, Ferro Rodrigues criticou o excessivo peso que o CDS-PP tem, em seu entender, no Executivo e a actuação do ministro da Defesa e presidente dos populares, Paulo Portas. Acusando o CDS-PP de ser de "direita radical", o líder socialista lembrou que o partido liderado por Portas teve sete por cento dos votos nas últimas eleições legislativas e, ainda, assim é, "aparentemente" quem determina as opções fundamentais do Governo.

Há no Executivo, defendeu Ferro, "uma radicalização da vida política, do exibicionismo, liderada por Paulo Portas, que ainda não percebeu que ser ministro de Estado e da Defesa não é o mesmo que ser director de um jornal de escândalos".

Considerando normal uma remodelação ministerial que devolvesse ao PP uma importância relativa, Ferro Rodrigues colocou como prioridades dessa remodelação ministros como o da Administração Interna, "que perturba onde deveria serena", como o do Ambiente, substituído por um "verdadeiro" ministro, ou como o da Saúde, que se "recusa a comentar as mortes provocadas pela recente vaga de calor". Mas o líder do PS admitiu, porém, não ter muitas esperanças em que Durão Barroso tenha coragem para a fazer, considerando que o primeiro-ministro não é mais do que "o mínimo denominador comum entre o centro e a direita radical".

"O Governo não pode andar ao sabor da exaltação mediática de Paulo Portas", insurgiu-se o secretário-geral, para depois questionar: "Que governo é este? Quem é que governa, Durão Barroso ou Paulo Portas?". Ferro frisou igualmente que o líder "popular" nada tem feito além de "discursos, perturbação, intriga e instabilidade, com Durão Barroso a fingir que nada acontece".

Mas, porque Portas "só faz o que o deixam fazer", Barroso tem responsabilidades, no entender do líder socialista,

até porque os portugueses sabem que "a influência do CDS e de Paulo Portas é excessiva e pernicioso".

Durante a sua intervenção, Ferro Rodrigues começou por lembrar a recente vaga de incêndios, enaltecendo o trabalho dos autarcas e dos bombeiros e criticando a "impreparação e falta de prevenção", por culpa do Executivo. "O Governo tem de responder sobre qual foi a sua actuação nesta matéria no último ano e meio", disse, considerando mau sinal que a maioria não permita a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre os fogos. "Em que situação é que deve haver uma comissão de inquérito? Apenas para liquidar o líder da oposição?", perguntou.

Por outro lado, a morte de mais de 1300 pessoas devido à recente vaga de calor foi também motivo de preocupação e indignação por parte do secretário-geral dos socialistas, que condenou o longo silêncio do Governo, nomeadamente do ministro da Saúde.

Bagão Félix e "a queda da máscara social" do Executivo foram outras das tónicas da intervenção de Ferro Rodrigues, que criticou a "tentativa de diminuir o salário mínimo" e as alterações ao subsídio de doença.

Com este Governo, sublinhou, "as receitas caem, as despesas sobem e o excedente da Segurança Social está a estufar-se".

Finalmente, o estado da economia e o desemprego foram também temas no discurso do líder socialista na *rentrée*, com críticas cerradas ao Executivo sobre a forma como tenta combater o que o classificou como "recessão profunda" e apoiar a situação de mais de cem mil desempregados.

"Este foi o Governo das falsas promessas, está a ser do falso rigor e da falsa reforma", acusou.

No final da sua intervenção, Ferro Rodrigues afirmou que o Partido Socialista vai apresentar-se nas próximas eleições europeias do próximo ano para ganhar, prometendo desde já combater à "coligação *contra-natura*" PSD/CDS-PP.

"As eleições para o Parlamento Europeu, em 2004, serão, também, a preparação para os plebiscitos regionais e autárquicos, que se seguirão,



acrescentou".

Em Portimão, onde os socialistas sempre ganharam as eleições autárquicas desde o 25 de Abril de 1974, Ferro Rodrigues considerou que o seu discurso marca a força política do PS, mas também a determinação do partido em não se deixar condicionar pelas forças que o combatem.

"Quem manda no PS são os socialistas e não a direita portuguesa", avisou. Tratou-se, pois, de um discurso todo ele crítico, em consonância com os que o antecederam no palco montado em Portimão, cinco intervenções a cargo de outros tantos dirigentes socialistas. Manuel da Luz, presidente da Câmara de Portimão, condenou a falta de coordenação no combate aos incêndios e propôs a criação de um fórum permanente de prevenção aos fogos, oferecendo Portimão para reuniões mensais sobre esta matéria.

Por seu turno, o presidente da distrital algarvia, Miguel Freitas, focalizou o seu discurso essencialmente nas questões regionais, congratulando-se com a obra deixada pelos socialistas no Algarve e exigindo que o Governo dê prioridade à construção de um metro de superfície, de forma a que, em 2015, este chegue também à Andaluzia, promovendo o turismo ibérico.

A apoiar Ferro Rodrigues na festa socialista estiveram vários dirigentes do PS, como António Almeida Santos, Francisco Assis, José Sócrates, António Costa, Edite Estrela, Fernando Gomes, Ana Gomes, Capoulas Santos, António José Seguro, entre outros.

Uma árvore por cada novo militante

Por cada novo militante da JS, os jovens socialistas vão plantar uma árvore como contributo para a reforestação de Portugal.

"Entregaremos uma nova árvore de crescimento lento, mas forte e de longa duração. Serão árvores resistentes que expressem a vontade do povo

português". Este o compromisso assumido pela secretária-geral da JS na festa socialista de Portimão.

Jamila Madeira aproveitou para exigir a urgente regulamentação e execução da proposta de criação do observatório das alterações climáticas, uma iniciativa parlamentar da Juventude Socialista, que já foi aprovada na Assembleia da República.

Depois de lembrar todos os esforços feitos durante a governação socialista no sentido de potenciar a qualidade de vida das florestas, do ar puro com algum turismo e de alguma indústria não poluente, mesmo com exploração agrícola, Jamila Madeira criticou fortemente "a visão tacanha do Executivo de direita", que acusou de ter cortado cegamente nos orçamentos dos bombeiros e da protecção civil, empobrecendo os meios de prevenção. Na questão ambiental, a JS espera ver em execução um diagnóstico adequado da erosão dos solos e do impacto na camada de ozono, bem como nas águas provocado pelos incêndios.

No que diz respeito à reforestação, a líder da "jota" exigiu ao Governo a implementação de "uma política de intervenção articulada".

O desemprego galopante na camada jovem da população portuguesa, a emigração desenfreada de jovens qualificados, a desertificação do interior, bem como os focos de conflito internacional foram outros problemas abordados no discurso da secretária-geral da JS, que também aproveitou o seu discurso de *rentrée* política para apelar a participação da juventude portuguesa no debate crucial em torno da Constituição Europeia e da Europa Institucional.

Cultura de exigência qualidade e ambição

As mulheres do PS estão prontas para estarem presentes, junto com todas as estruturas do partido, na linha da frente da construção de uma

alternativa socialista baseada numa cultura de exigência, qualidade e ambição. Esta a garantia deixada pela sua presidente.

Sónia Furtuzinhos, defendeu, na primeira intervenção do Departamento Nacional de Mulheres num *cómicio de rentrée*, que uma das marcas de qualidade essenciais da alternativa socialista deve ser a "integração sistemática da perspectiva da igualdade de oportunidades entre os sexos em todas as propostas a apresentar". Para quem a vida pública portuguesa precisa de uma participação feminina cada vez maior, torna-se urgente que o Governo implemente políticas de apoio familiar.

Neste sentido, a líder das mulheres socialistas criticou fortemente a acção do Executivo, acusando-o de ter paralisado sistematicamente o sector mediante o corte de investimentos para a criação e desenvolvimento de novas infra-estruturas.

Depois de ter feito referência à vaga de calor e aos fogos florestais que ocorreram este Verão, Sónia Furtuzinhos afirmou que a governação de direita demonstrou não estar a altura do que o País precisa.

"Este é um Governo que perspectiva Portugal como uma conta simples de somar e subtrair, de deve e haver, obcecado com o défice e totalmente incapaz de perceber os efeitos da sua acção na degradação da qualidade de vida de todos nós", declarou.

De seguida, a presidente do Departamento das Mulheres referiu-se às "cada vez mais evidentes contradições" entre o que o primeiro-ministro e os seus ministros apregoam e o que fazem no terreno".

A terminar, Sónia Furtuzinhos garantiu o envolvimento empenhado do DNMPMS nos próximos desafios eleitorais, convocando todas as militantes socialistas a uma participação activa que dê ao PS uma vitória expressiva nas eleições autárquicas, europeias e regionais.

FERRO NA "FESTA DA LIBERDADE"

SERRÃO ACUSA JARDIM DE ENVERGONHAR OS MADEIRENSES

Ferro Rodrigues acusou o primeiro-ministro e presidente do PSD de, no seu discurso de *rentrée*, ter sido "incapaz de reconhecer os fracassos do Governo e assumir as suas responsabilidades", preferindo ignorar "os verdadeiros e graves problemas das famílias portuguesas".

Ao intervir, no passado dia 31 de Agosto, pela primeira vez, na "Festa da Liberdade", organizada anualmente pelo PS/Madeira, na Calheta, o líder socialista afirmou que o Governo PSD-CDS/PP "parou o País em termos de investimento público e privado", com grandes projectos que ficaram em *stand by*, como o novo aeroporto de Lisboa e o desenvolvimento do projecto do Alqueva.

Ferro chamou igualmente a atenção para o facto de Durão Barroso, na *rentrée* laranja de Caminha, "não ter dito nada sobre o fracasso da coligação PSD-CDS/PP".

O secretário-geral do PS responsabilizou o primeiro-ministro por Paulo Portas ter uma "importância desproporcionada" no Executivo, alegando que o CDS/PP tem um quinto dos votos do PSD e está a influenciar áreas-chave da governação, como a Defesa e as matérias sociais.

Ferro Rodrigues criticou ainda o facto de Durão não ter feito qualquer menção ao "Verão trágico que afectou extensas áreas e muitas famílias" no País, de estar a adoptar a política do "pró ano", como um dirigente desportivo perdedor, e em matéria financeira, disse que "não conseguiu resolver um único problema".

Ferro garantiu ainda a solidariedade partidária para com o PS/M e defendeu ser necessário fazer "rimar autonomia com democracia, com respeito pelas regras democráticas", à semelhança do



que vem acontecendo na Região Autónoma dos Açores.

PS/M acusa Jardim de envergonhar madeirenses

Por seu turno, o líder do PS/Madeira Jacinto Serrão acusou o presidente do

Governo Regional e do PSD/M, Alberto João Jardim, de "envergonhar a Madeira e os madeirenses".

Ao intervir na "Festa da Liberdade", Serrão sustentou que Jardim baixou o nível do debate político-partidário pelo uso recorrente de "palavrões", apontando este como um dos motivos

pelos quais Durão Barroso "não lhe quer dar o emprego que tanto deseja em Bruxelas", o de eurodeputado.

Segundo o presidente do PS/M, o seu homólogo laranja "está a ser estrangulado pelos tentáculos do polvo que ele próprio criou", apontando a grande influência dos

empresários na política da Região Autónoma, alertando para uma cada vez maior radicalização e para o carácter cada vez mais elitista da governação de direita.

Assim, Serrão desafiou Jardim para um debate "cara-a-cara" sobre os problemas da Madeira, prometendo fazer um "combate cerrado à fraude e evasão fiscal na Região" e anunciando que o PS, "ao contrário de outros partidos, está a renovar-se e a preparar-se para apresentar ideias novas".

Ao dirigir-se a Ferro Rodrigues, Jacinto Serrão garantiu o empenhamento do PS/Madeira no sentido de contribuir para que o Partido consiga um bom resultado nas eleições europeias.

Outro dos intervenientes na Festa da Liberdade, à qual compareceram alguns milhares de militantes e simpatizantes, foi o líder da bancada parlamentar na Assembleia Regional, Duarte Caldeira, que prestou homenagem a todos os líderes nacionais e regionais do partido.

Caldeira apelou à unidade interna, declarando que o PS/M foi "mais autonomista" que muitos partidos na proposta de revisão constitucional que será apresentada em São Bento, em defesa de "uma autonomia para todos e não apenas para meia dúzia de senhores que vivem à custa do orçamento da autonomia".

Na festa dos socialistas madeirenses interveio ainda a líder da JS/M, Célia Pessegueiro, que apontou para a "cada vez pior" situação dos jovens do arquipélago, adiantando que a palavra fracasso é a que melhor serve para classificar a política do governo regional em matéria de juventude.

CARLOS CÉSAR DEFENDE

REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS DOS GOVERNOS REGIONAIS

Mais meios para os órgãos de governo do arquipélago e a regionalização de diversos serviços do Estado nas ilhas foram as reivindicações feitas, no passado domingo pelo líder dos socialistas açorianos, Carlos César.

Numa festa do PS/Açores que reuniu milhares de pessoas ao longo do dia no Pinhal da Paz, arredores de Ponta Delgada, Carlos César frisou que o Executivo regional "está disposto a ajudar o Governo da República" a melhorar a qualidade desses serviços. Depois de realçar que o seu governo já "apoia financeiramente" a RTP/Açores e a universidade, o dirigente socialista defendeu que as vantagens do acordo da Base das Lajes devem ser canalizadas para as ilhas, exigindo ainda a regionalização do Instituto Portuário e de Transportes Marítimos.

Neste sentido, o presidente do Executivo açoriano defendeu também que o IFADAP e INGA sejam igualmente "regionalizados", por forma a poderem "ajudar melhor os pescadores e agricultores".

Para evitar o "ambiente de conflito" com os órgãos de soberania, Carlos César admitiu a necessidade "de se avançar na Constituição" com a clarificação dos poderes dos governos Regional e da República.

Destaque-se que, na abertura da próxima sessão legislativa, "o PS vai apresentar um projecto de revisão constitucional onde estará previsto o reforço das competências da região e dos seus meios", anunciou o líder dos socialistas açorianos.

A um ano das eleições para a Assembleia Regional, Carlos César



assegurou que o seu partido vai vencer as regionais "por mérito próprio", tendo em conta o trabalho desenvolvido pelo Governo nos últimos sete anos.

Segundo apontou, a taxa de desemprego nas ilhas é a "mais baixa" de Portugal, em resultado dos 16 mil novos postos de trabalho criados, e vai haver uma aposta na melhoria da produtividade e na qualidade.

César disse ainda que o PS é o "grande partido da solidariedade social e do progresso económico", realçando que os Açores, nas próximas eleições regionais, "não podem voltar para trás" no seu desenvolvimento.

Quanto às eleições europeias de 2004, o líder do PS/Açores assegurou que o partido vai obter uma "grande vitória" na região, que resultará na eleição de um deputado.

UNIVERSIDADE DE VERÃO DO PS

FERRO APONTA CAMINHOS PARA UMA GOVERNAÇÃO PROGRESSISTA

O aumento da taxa de emprego, o desenvolvimento dos serviços à família e da protecção contra os riscos tradicionais constituem o caminho virtuoso que uma governação progressista deve seguir em Portugal, defendeu Ferro Rodrigues. No discurso que efectuou no encerramento da Universidade de Verão do PS, organizada pelo seu Gabinete de Estudos, que de 19 a 23 de Agosto juntou em Évora autarcas, deputados da AR e do PE e antigos ministros socialistas, o secretário-geral fez uma análise sobre os novos desafios com que a governação progressista se confronta em Portugal.

Na sua exposição, o líder do PS reflectiu sobre alguns dos principais factores de mudança que criam um novo contexto para uma agenda renovada do socialismo democrático, tendo alertado para o facto de se enfrentar hoje, "à escala global, uma tentativa hegemónica e dominadora de uma ideologia neoliberal e de uma prática neoconservadoras, que visam responder aos novos problemas de forma contraproducente, agravando-os, em lugar de lhes dar resposta". Neste quadro, referiu que "temos de ser ambiciosos e exigentes nas respostas que desenvolvemos para os problemas complexos que colectivamente enfrentamos", mas reconhecer, igualmente, que, "na segunda metade da década de 90, quando o centro-esquerda governava em 12 dos 15 Estados europeus e quando a Administração norte-americana era liderada por aquele que foi um dos mais progressistas do pós-guerra, muito mais poderia e deveria ter sido feito". O balanço desse período, disse, "é

largamente positivo em muitas políticas nacionais, mas a verdade é que o essencial das relações internacionais é quase desolador", uma vez que, explicou, "a governação progressista ficou aquém das expectativas criadas, ao não concretizar as repetidas proclamações em torno da necessidade de articular a mudança em cada um dos países com o desenvolvimento de novos mecanismos de regulação supranacional". Por isso, adiantou, a questão que se coloca ao campo progressista é como sair desta encruzilhada, sustentando que "o desafio da governação progressista é, não apenas criticar as opções que têm vindo a ser seguidas, como também construir uma nova agenda e pô-la em prática". "Hoje, como no passado, temos de estar atentos e de saber representar as dinâmicas emergentes da sociedade", disse, referindo ser esta uma questão importante para que o PS possa marcar "uma agenda própria, aberta, renovada,



Ferro Rodrigues disse que, tal como no passado, o PS tem de estar atento às dinâmicas emergentes da sociedade

tornando-a mais bem preparada para os desafios da governação".

Uma nova agenda do socialismo democrático

Lembrando que a Europa assumiu em 2000, na Cimeira de Lisboa, uma nova agenda de objetivos políticos, económicos e sociais, disse que "essa agenda é também a nossa agenda". Uma agenda que, adiantou, "se sintetiza na renovação dos factores de competitividade da economia portuguesa", tendo como pedra de toque "a qualificação e requalificação dos nossos recursos". Por isso, Ferro Rodrigues considerou ser "incompreensível, injustificável e insustentável o desinvestimento em curso na ciência no ensino superior e na cultura", acrescentando que "este Governo ainda não percebeu que hipotecar o futuro é a pior das políticas". Referindo que "a governação progressista é uma governação de

alternativas estratégicas" mas que também tem de ser igualmente uma governação de "diferenças na prioridade na gestão da conjuntura", o líder do PS criticou a política económica e financeira seguida pelo Governo de direita. O resultado dessa política, disse, "é hoje conhecido: recessão, défice e desemprego", havendo apenas "uma palavra para definir este resultado: fracasso". Salientando que "não pode haver sucesso nas políticas públicas sem um Estado moderno e uma Administração eficaz", o secretário-geral do PS alertou que "há quem confunda reforma do Estado com a privatização dos serviços públicos", sustentando ainda que "a economia de mercado não pode significar a hegemonia do mercado em todas as esferas da vida social". "Defendemos claramente uma economia de mercado, mas uma economia de mercado subordinada à regulação de um Estado independente de interesses

particulares e aberta à pluralidade das diferentes iniciativas, sejam elas privadas, públicas ou sociais", explicou. Sublinhando que compete ao Estado "regular as actividades económicas, corrigir as falhas do mercado e criar as condições para a modernização do País", Ferro Rodrigues considerou, no entanto, que "essa modernização só faz sentido se servir a coesão social e territorial". Por isso, disse, "é essencial a defesa dos serviços públicos sociais como garantia do acesso universal à educação, cultura, saúde e segurança social". É que, adiantou, "sem acesso democrático aos serviços sociais a igualdade de oportunidades é só para alguns". Abordando também o papel de Portugal na Europa e no mundo, o secretário-geral do PS defendeu a abertura do Estado português no espaço económico ibérico e europeu, bem como a afirmação dos países lusófonos.



O líder do PS criticou ainda a subordinação portuguesa às políticas belicistas norte-americanas, argumentando que "o Governo não tem uma estratégia articulada e capaz para lidar com a complexidade e a importância decisiva" dos desafios políticos globais que o país enfrenta.

"Não é possível ser-se eurocalmo e europeísta ao mesmo tempo. E é isso que o Governo quer. Não é possível, ao mesmo tempo, defender o aprofundamento europeu e, a cada esquina, ao sabor das conveniências e dos interesses, utilizar um suposto atlantismo como móbil de protagonismo negativo e divisionista dentro da União Europeia", frisou. Ferro Rodrigues disse ser "falsa" a discussão em torno da alternativa entre o atlantismo e o europeísmo, como se fossem esses os termos da questão. E explicou: "Somos com toda a certeza aliados históricos dos Estados Unidos e continuaremos a sê-lo; mas não podemos servir de porta-estandartes do belicismo e do unilateralismo da actual Administração americana e de peões de uma postura de divisão e de enfraquecimento da União Europeia".

Por um PS bem implantado à esquerda

Por sua vez, Mário Soares, a quem coube abrir os trabalhos da Universidade de Verão, fez uma análise do estado do mundo, da Europa, do país e do PS.

"Não estive de acordo com aquela táctica das últimas eleições legislativas sobre se deveríamos ou não pedir a maioria absoluta. Eu defendi que deveríamos pedi-la, mas isso não aconteceu. Tiveram medo político mas, quem tem medo, compra um cão e não faz política",

disse Soares, numa intervenção em que apontou falhas do passado e procurou dar pistas para o futuro do partido. Soares aproveitou para questionar o tema geral da Universidade de Verão. "Porquê progressista e não socialista?", perguntou. É que, acrescentou, a designação "progressista" talvez vise "pisar o olho ao centro", mas essa estratégia é "defensiva", até porque,

o partido "não pode ficar silencioso, indeciso ou ser ambíguo. Tem de ser oposição a sério", frisou Soares, garantindo que só assim o partido poderá "liderar toda a oposição de esquerda" e "preparar-se para estar em condições de ganhar as eleições que vão suceder-se a partir de 2004", começando com as europeias. Neste cenário de futuro, o histórico

à direita, depois de termos um governo de direita. Isso seria a destruição do PS como entidade autónoma. Mais vale saber esperar, do que ficar tentado pelo poder e entrar em compromissos que são vexatórios para nós", defendeu. Lembrando que os partidos socialistas não são "partidos de negócios ou negociatas", Mário Soares argumentou ainda que o PS deve aproveitar esta

que, depois, se afastam. É bom que os deixemos sair, mas depois não os podemos deixar entrar", realçou.

No plano internacional, e a propósito do próximo Congresso da Internacional Socialista estar marcado para São Paulo, Brasil, disse que "é preciso aprender com a esquerda brasileira e ibero-americana. É provavelmente a esquerda mais moderna do mundo".

Mas, se a esquerda brasileira, nomeadamente o PT de Lula da Silva, lhe mereceu elogios já a chamada Terceira Via de Blair, suscitou-lhe fortes críticas. "O estranho é que a amizade de Blair por Clinton transferiu-se na íntegra para um senhor chamado Bush, que defende precisamente o contrário", disse, acrescentando: "A América é a pátria da democracia? Bem, provavelmente foi". Na sua intervenção, Soares voltou a criticar a globalização neoliberal, salientando que "as nossas democracias estão a transformar-se em plutocracias", porque, frisou, quem manda são os partidos de direita, que "não são mais do que um conglomerado de interesses". Por isso, sublinhou, "quem defende esta globalização não pode ser um homem de esquerda".

A Universidade de Verão, sob o lema "Governação Progressista", contou com a participação de 87 quadros que debateram ao longo de quatro dias os painéis "Governação local", "Governação nacional", "Governação europeia" e "Governação mundial". Mário Soares, Jaime Gama, Gabriela Ventura, António Vitorino, António Cavaco, José Amaral, Correia de Campos, José Sócrates, António Costa, Paulo Trigo, Carlos Zorrinho, Eduardo Brito e José Ernesto foram os "professores" convidados.



Oitenta e sete quadros do PS participaram na Universidade de Verão, em Évora, uma iniciativa do Gabinete de Estudos

frisou, "um PS bem implantado à esquerda interessa ao centro". Para Soares, o PS deve "aproveitar a cura de oposição" para criar "uma dinâmica de vitória", acrescentando que

dirigente do PS considerou a maioria "indispensável" mas, no caso desta não ser possível de alcançar, só resta uma solução: "Uma coligação à esquerda". "O que não é possível é fazer coligações

fase para libertar-se dos "oportunistas". "Esses partidos devem saber extirpar do seu seio aqueles que tenham uma visão do interesse nacional que se confunde com os negócios privados e

GUTERRES CONSULTOR DAS NAÇÕES UNIDAS

EXPERIÊNCIA SOCIAL DOS GOVERNOS PS INSPIRA POLÍTICA BRASILEIRA

A experiência portuguesa no Rendimento Mínimo Garantido vai ser adaptada no Brasil, país para o qual as Nações Unidas designaram António Guterres consultor para as questões sociais junto do Governo de Lula da Silva.

Segundo o presidente da Internacional Socialista, o facto de as Nações Unidas o terem nomeado consultor significa o reconhecimento da experiência adquirida pelo nosso país durante os governos socialistas nas áreas sociais, nomeadamente no âmbito do Rendimento Mínimo Garantido, medida emblemática que retirou da pobreza e reintegrou socialmente milhares de famílias.

O objectivo desta missão junto do Governo de Lula da Silva, na qual estão também a trabalhar o porta-voz do PS Vieira da Silva e Maria João Rodrigues, ex-ministra do Emprego, é adaptar a experiência portuguesa, respeitando as diferenças de escala, de forma a que possa haver no Brasil um rendimento mínimo que permita atenuar a extrema pobreza em que vivem muitos brasileiros. "O Brasil é um dos casos mais dramáticos do mundo em termos de desigualdade entre ricos e pobres", afirmou o ex-primeiro-ministro, que considerou importante para a Esquerda a nível mundial que o programa social que irá



ser aplicado consiga atingir os seus objectivos e tenha êxito.

Numa deslocação recente ao Brasil, Guterres participou num mini Conselho de Ministros com diversos responsáveis do Executivo de Lula da Silva, onde foi discutida a experiência portuguesa no domínio das políticas sociais. Na mesma ocasião, participou também numa conferência das Nações Unidas subordinada ao tema "A globalização e a reinvenção do Estado social". Entretanto, o presidente Lula da Silva

aceitou o convite feito por António Guterres para fazer a abertura do Congresso da Internacional Socialista, que em Outubro próximo se realiza em São Paulo.

Referência ainda para o facto de António Guterres ter participado na semana passada, em Tirana, na Albânia, numa reunião do Comité da Internacional Socialista para a Europa Central e Oriental, onde foram discutidas as relações entre a União Europeia e os países balcânicos.



ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

PREPARAR AS MELHORES PROPOSTAS PARA VOLTAR AO GOVERNO

O Gabinete de Estudos do PS terá muito brevemente um site na Internet para onde os militantes vão poder passar a enviar as suas sugestões, opiniões e propostas, abrindo-se desta forma um novo espaço de participação. Esta a novidade que António José Seguro anunciou em primeira mão na entrevista que concedeu ao "Acção Socialista" em que também faz o balanço da Universidade de Verão, que decorreu de 19 a 23 de Agosto, em Évora. Para o próximo ano, o Gabinete de Estudos, segundo o seu director, terá como tarefa principal a preparação do documento a levar ao Congresso de 2004 e que deverá servir de proposta à matriz de programa de Governo que o PS vai apresentar ao eleitorado em 2006.



Que balanço faz da Universidade de Verão?

Sou suspeito para fazer um balanço, mas alicerçado em muitas das intervenções e particularmente dos comentários que foram feitos pelos participantes, faço um balanço muito positivo. Em primeiro lugar pela sua realização, depois pelo número de participantes. Nós lançamos as inscrições no início de Julho e tínhamos preparado a Universidade de Verão para receber cerca de 30 pessoas e aceitámos 87 inscrições, o que também revela um elemento positivo. Terceiro, pela participação, pela qualidade das intervenções, quer dos oradores quer dos próprios participantes. E quarto, talvez o mais importante, porque houve tempo para discutir política. Não havia pressa, não havia preocupações de fazer comentários ou intervenções para a Comunicação Social, uma vez que a Universidade de Verão foi à porta fechada. Portanto, as pessoas tiveram uma liberdade total para dizerem o que pensavam, de se confrontarem sem que isso se significasse diminuição de quem falava ou divergia. Tal como disse logo no início da Universidade de Verão, o objectivo não era tirar conclusões, mas sim que cada um saísse de lá mais enriquecido do ponto de vista ideológico, do ponto de vista das ideias. E, portanto, este discutir sem ter pressas, sem ter preocupações que não seja a de se enriquecer a si próprio foi, na minha opinião, o que constituiu o êxito desta iniciativa.

Que importância pode ter esta iniciativa para dinamizar o partido e o projecto socialista?

Julgo que o contributo mais importante foi o de combater o défice de debate de ideias que desde sempre existiu no

interior do PS. Isto é, nós somos um partido que quando debate, e é raro debater, fazemo-lo sob pressão ou sob condicionalismos. Sob condicionalismos porque ao debatermos uma proposta de programa de Governo em vésperas de eleições e, para dar um sinal eleitoral não podemos divergir, acabamos por ou votar por unanimidade ou sob pressão. Quando alguém diverge, a Comunicação Social valoriza a divergência não pelo conteúdo da divergência mas porque o dirigente A discordou do dirigente B, ou o dirigente C discordou da direcção. Ora, este contributo de discutir fora da agenda mediática, a meu ver, é muito importante para diminuir este défice estrutural de ausência de debate de ideias no interior do Partido Socialista. Este foi um debate de ideias descomprometido.

A Universidade de Verão funcionou simultaneamente como um fórum de debate e também como uma espécie de antecâmara da rentrée. Do seu ponto de vista continua a fazer sentido a realização de comícios para marcarmos o início do ano político?

A *rentrée* do PS foi o comício de Portimão. Mas, a esse propósito diria que um partido como o PS deve saber conjugar o espaço de debate de ideias, onde com serenidade o líder do partido passa as mensagens para o País de acordo com as suas propostas para a resolução dos problemas dos portugueses e, simultaneamente, consiga agregar a esse debate e essa passagem de mensagem a dimensão popular que caracteriza o Partido Socialista. Eu acho que se deve encontrar um meio termo que privilegie as duas dimensões. O PS não pode abandonar a sua matriz de partido

popular, interclassista e que se dirige ao conjunto dos portugueses.

Qual a razão porque escolheu para a Universidade de Verão o tema da Governação (local, nacional, europeia e mundial) e não qualquer outro?

Porque esse é cada vez mais o tema. Nós olhamos hoje para problemas que existem em Portugal ou em qualquer outro país, e verificamos que, independentemente do governo, os instrumentos que o Estado tem para resolver esses problemas já são ou escassos ou já não estão ao alcance desse mesmo Estado e, portanto, têm que ser solucionados ou a um nível local, e aí tem que haver um processo de descentralização, de desconcentração e de organização dos serviços periféricos da administração pública, ou a um nível supranacional, como é o caso da União Europeia onde hoje se está a discutir uma proposta de Constituição europeia com passagem de competências para essa União Europeia, ou mesmo a nível mundial. As questões do ambiente já não se resolvem a nível nacional ou a nível europeu. Já não se conseguem resolver a essa escala os problemas do buraco de ozono ou das alterações climáticas. O combate à imigração ilegal, o respeito pelos direitos humanos são outros exemplos. Num mundo em que verdadeiramente os níveis de organização política têm, tal como os conhecemos, todos os instrumentos para resolver os problemas das pessoas, nós temos que nos questionar e encontrar níveis de organização política que resolvam com eficácia os problemas das pessoas.

Em relação a cada uma dessas

situações que referiu, foram avançadas algumas propostas concretas ou soluções para a resolução desses problemas?

Penso que cada um dos participantes retirou para si sugestões, propostas e soluções concretas. Mas, como disse no início, o objectivo da Universidade de Verão não foi tirar conclusões.

Como responsável pela iniciativa o que considera ser o mais importante deste evento?

A semente que ela constituiu para que floresça todos os anos. Julgo que seria um crime que o Partido Socialista deixasse de realizar anualmente uma Universidade de Verão com estas características.

Houve alguma razão específica para a escolha de Évora para realizar a Universidade de Verão?

Houve. Talvez não por esta ordem, mas primeiro por ser uma cidade do interior. Do meu ponto de vista é necessário levar iniciativas deste tipo para fora dos grandes centros urbanos e políticos, neste caso. Segundo, porque Évora é também associada à universidade pela Universidade de Évora é muito dinâmica com um trabalho realizado ao longo da última década com frutos políticos facilmente avaliáveis quer no número de eleitores no PS, quer no número de câmaras e autarcas que tem hoje no Alentejo. Um outro aspecto tem a ver com uma Federação que tem um bom Gabinete de Estudos dirigido pelo Carlos Zorrinho e que merecia uma palavra de apoio e de alento.

A abertura dos trabalhos por Mário Soares e o encerramento por Ferro Rodrigues, foram dois momentos

altos da Universidade. Foram duas intervenções decisivas para o reconhecimento público e importância política do evento?

Claro que foram. Trata-se do secretário-geral do Partido Socialista e do primeiro líder do PS. De qualquer maneira, não me canso de referir que a Universidade de Verão, na nossa perspectiva, vale por si, independentemente da cobertura mediática que venha a ter. A prova é que o Partido Socialista quando anunciou no princípio do ano que iria realizar a Universidade de Verão, houve dois partidos, o PSD e o Bloco de Esquerda, que também realizaram, ou vão realizar ainda este Verão, iniciativas semelhantes, e o CDS/PP organizou uma Universidade de Verão embora com outro nome. Julgo que mais uma vez o Partido Socialista foi pioneiro.

Com base na experiência desta Universidade de Verão, o que deve ser mudado na próxima?

Ainda não analisei os resultados da avaliação que os participantes fizeram da Universidade porque entrei de férias logo a seguir. De qualquer maneira, julgo que é fundamental criar grupos de trabalho de forma a que não se trabalhe sempre em plenário porque isso conduz a uma maior participação das pessoas. Em segundo lugar, julgo que valerá a pena associar uma dimensão formativa sobre questões essenciais para a participação democrática e cívica como seja a condução de reuniões de órgãos executivos, de órgãos deliberativos, entre outros aspectos essenciais para quem está na vida pública e nunca teve a possibilidade de ter o mínimo de formação. Isso sentiu-se com algumas pessoas a pedirem esse tipo de actividade.

Na qualidade de director do Gabinete de Estudos, gostava que nos dissesse o trabalho que tem vindo a ser feito nessa estrutura até à presente data?

De forma muito resumida, a primeira coisa necessária a fazer foi democratizar o Gabinete de Estudos. Como existe hoje, participa no Gabinete de Estudos quem quer, bastando para isso

Tratou-se, no entanto, de limar algumas arestas. Um terceiro nível de trabalho, no primeiro ano, foi o de em colaboração com o Grupo Parlamentar do PS, elaborar documentos que servissem de suporte à participação do partido no debate do Estado da Nação.

Passado este primeiro período de estudo e análise, segue-se o da

a base para a discussão do Partido Socialista com os portugueses. O PS deve, na minha opinião, em 2006 apresentar-se às eleições legislativas com um programa próprio, com o seu cunho de partido de esquerda mas que se dirija a todos os portugueses. É nesse sentido que estamos a dar a nossa modesta colaboração como Gabinete de Estudos.

Significa isso que o Gabinete de Estudos está a trabalhar numa retaguarda para a apresentação de propostas eleitorais?

O Gabinete de Estudos, em função das orientações políticas da Comissão Política Nacional e do secretário-geral, elabora propostas e essas propostas voltam novamente ao secretário-geral e à Comissão Política que depois as envia para o Congresso deliberar. O Gabinete de Estudos, se assim se pode dizer, trabalha na sombra. Cabe aos órgãos políticos a apresentação e divulgação das propostas. O nosso objectivo é preparar de forma sustentada as sugestões de propostas do PS. Nós não decidimos politicamente. Ao Congresso cabe pronunciar-se politicamente sobre o documento matriz que pretendo que seja coerente e que reflecta o seu horizonte de esquerda mas dirigido a todos os portugueses. A prioridade do PS deve ser a de voltar ao Governo e para lá chegar não o deve fazer por rotativismo mas sim por alternância. Especificando, não deve estar à espera no momento certo e no local próprio para quando os portugueses se chatearem com o Durão Barroso, então o PS voltar por rotativismo ao poder, bem pelo contrário, deve chegar ao Governo porque os portugueses ao olharem para as suas propostas e para as mulheres e homens que o PS apresenta para as concretizar, verifiquem que de facto há uma maneira diferente de governar o País, com mais sensibilidade social e mais rigor, no fundo, com uma atitude ética que seja enriquecedora e enobrecedora da democracia.



inscrever-se num dos 45 grupos de trabalho que funcionam em diferentes áreas. Foi também preciso criar ritmos de trabalho de forma a que as pessoas tenham a possibilidade, quando têm uma opinião, propostas ou sugestões de o fazerem. É evidente que isto, depois na prática tem limitações porque os grupos na sua maior parte funcionam em Lisboa. De qualquer maneira nós muito brevemente lançaremos um site do Gabinete de Estudos para permitir que as pessoas, independentemente da distância física, possam participar com as suas opiniões na vida do Gabinete de Estudos.

Segundo, actualizámos o pensamento do PS. Não foi necessário fazer um grande trabalho porque o PS, quer no Governo, quer nas eleições de 2002, apresentou uma proposta eleitoral bastante actual.

apresentação de propostas. Como é que se vai desenrolar esse processo?

Nós neste momento estamos envolvidos já na preparação do documento que vai ser discutido já no próximo Congresso de 2004, e que não é uma proposta de programa de Governo nem podia ser a dois anos de eleições, mas que é uma proposta de matriz para a elaboração do programa de Governo. Será um documento diferente (geralmente os documentos que o PS apresenta sobre essa matéria têm sempre 300 páginas), resumido, que aponte uma linha e estabeleça prioridades. Eu não queria falar muito sobre isso mas essa vai ser a tarefa central do Gabinete de Estudos para o próximo ano de modo a que o Congresso o possa discutir, debater, possa alterar, modificar, e a partir daí ser

Opinião

GENTE QUE SENTE

O Ministério da Educação tem vindo a lidar com os professores como meros números de análise.



RICARDO GONÇALVES

Há vários anos que não se assistia a um início de ano lectivo tão confuso e cheio de falhas. No ano lectivo que passou o arranque das actividades escolares procedeu-se com toda a normalidade, porque o Ministério da Educação do Governo anterior deixou tudo preparado para que efectivamente assim acontecesse.

A obsessão governativa do PSD, provocada por seis anos de oposição, associada ao PP, o partido de coligação que encarou a oportunidade de governar como uma dádiva divina, provocou um clima de inadmissível arrogância e intolerância em relação ao Governo anterior e ao próprio país.

Mal iniciou funções, este Governo colocou tudo em causa e destruiu o que de bom havia sido feito. E a Educação não fugiu à regra, com consequências bem visíveis, como as referentes à colocação de professores.

O resultado da colocação de professores deveria acontecer, como sempre, antes três ou quatro dias do início do ano lectivo. Este ano aconteceu três dias depois. Ora, não é possível preparar convenientemente um ano escolar, quando a grande maioria dos professores só é colocada com o ano lectivo já em movimento.

Não podemos pactuar com injustiças e falsidades, como as que ocorreram no sistema de colocação de professores. Não podemos admitir que professores mais graduados fossem colocados em escolas ocupadas por candidatos com menos tempo de serviço. Por isso, uma de duas soluções, a bem da igualdade, da justiça e do próprio civismo, seria proceder a um novo concurso de professores. Dirão os mais cépticos ou apunhados defensores deste sistema que a repetição do concurso atrasaria o arranque do ano lectivo em mais de um mês. É mentira porque os professores manter-se-iam nas escolas agora colocados, e quando saíssem as novas colocações, então mudariam aqueles que tinham de mudar.

Como segunda solução, aos professores agora prejudicados, deveria o Ministério da Educação colocá-los nas escolas a que efectivamente tinham direito. Afinal, para quem resolveu legalizar administrativamente o problema dos 89 alunos do Ensino Recorrente que no ano anterior entraram em Medicina, sem apurar as devidas responsabilidades, e este ano abre 89 vagas extraordinárias para beneficiar os estudantes prejudicados, poderia fazer o mesmo em relação aos professores.

O Ministério da Educação tem vindo a lidar com os professores como meros números de análise. Não devem esquecer que os professores são pessoas profissionalmente habilitadas, a maior parte com licenciaturas ou mestrados, que investem na sua formação, que têm família, encargos financeiros mensais e que não podem estar sujeitos às experiências ou peripécias políticas dum ministério que os tem defraudado continuamente. Os professores também são gente, gente que sente a incompetência deste Governo.

Outro aspecto negativo da política deste ministério é a sistemática redução do número de vagas no ensino. Continuam a existir turmas com mais de trinta alunos; continuam a regressar os professores destacados às escolas, provocando uma sobrecarga de trabalho nos serviços que deixaram vagos e que, em breve, poderão ser ocupados por profissionais dos partidos da maioria que nos governa. Em todas estas complicadas situações não devemos esquecer que os actuais professores desempregados foram, como estudantes, para as vagas que existiam nas Universidades, vagas criadas pelo sistema político do Estado e principalmente das Universidades segundo os critérios de manutenção deste mesmo sistema, não levando em consideração o mercado nem as expectativas para a função pública, com o resultado que está à vista.

Para minorar o desemprego dos professores o Ministério da Educação devia proibir a acumulação dos docentes pelo menos nas escolas particulares, cooperativas e profissionais subsidiadas pelo Estado ou pelas autarquias. A falsidade deste ministério atingiu o extremo quando resolveu publicar um pseudo-estudo, no dia da afixação dos resultados das colocações, onde demonstra que no ano de 2010 serão necessários mais professores. Até deu exemplos: Latim, Grego, Química, Educação Física, Português e Matemática. O Ministério da Educação podia mencionar mais umas disciplinas carentes de professores, como Japonês, Russo, Chinês, Indiano, Aeronáutica ou Tecnologia Subaquática!

É estranho referir que farão falta professores de Língua Portuguesa, Matemática ou, sicacacmsete anos haja falta de professores nesta mais de dois mil professorss e que, em breve, poder menos tempo de serviço. Educação Física, daqui a sete anos, quando se sabe que nestes grupos são milhares os professores que se encontram sem colocação durante todo o ano lectivo. Perante tamanha confusão neste arranque do ano lectivo, é estranho não sabermos as posições, geralmente expressas em comunicados, do PSD ou do PP. Não será urgente discutirmos o estado da Educação em Portugal? Por que não tomam eles uma posição?

SECRETÁRIO-GERAL

Dia 11 de Setembro – Ferro Rodrigues participa num jantar-conferência sobre "Portugal, Espanha e a Europa face à nova conjuntura mundial" que tem como convidado Filipe González, organizado pela Liga dos Amigos da Casa-Museu João Soares, em Cortes.

FEDERAÇÕES

ALGARVE

Dia 16 de Setembro – Reunião do Secretariado da Federação Distrital.

Dia 19 de Setembro – O presidente da Federação Distrital reúne-se com os presidentes das concelhias.

CASTELO BRANCO

10 de Setembro – Reunião da Comissão Política Distrital.

VISEU

Dia 11 de Setembro – 21 horas – Reunião da Comissão Política Distrital

Dia 13 de setembro – 15horas – Reunião do Gabinete de Estudos na área da Justiça em Viseu.

Dia 15 de Setembro – 20horas – A Federação Distrital reúne-se com os presidentes de Câmara socialistas em Vila Nova de Paiva.

BAIXO ALENTEJO

13 de Setembro – Festa da "reentrée" distrital, que decorrerá em Mértola.

CONCELHIAS

PENELA

Dia 13 de Setembro - 21horas- Plenário de militantes socialistas, no Salão dos Bombeiros Voluntários.

CONDEIXA-A-NOVA

Dia 14 de Setembro – 15h30 - Plenário de militantes na sede do Partido Socialista.

FELGUEIRAS

Dia 27 de Setembro – Decorrem as eleições para a concelhia de Felgueiras, que deveriam ter decorrido em Julho e que foram suspensas, na sequência do chamado caso Fátima Felgueiras.

OBRAS NO BESSA

PS ACUSA CÂMARA DO PORTO DE INCOMPETÊNCIA

O presidente Concelhia do PS/Porto, Nuno Cardoso, acusou o Executivo camarário liderado por Rui Rio de "incompetência e incúria" na realização das obras de acesso ao Estádio do Bessa.

Numa deslocação ao local das obras, o ex-autarca socialista verificou que as intervenções que estão a ser feitas revelam, "atrasos superiores a um ano", que são consequência da "má organização e coordenação" da autarquia.

Nuno Cardoso, lamentou ainda que o plano de obras em execução não incluía todas as acções previstas nos planos iniciais, e que as acções em execução foram desvirtuadas em termos de funcionalidade rodoviária.

FÁTIMA FELGUEIRAS EXPULSA DO PS

O Conselho de Jurisdição Distrital do PS/Porto decidiu expulsar do partido Fátima Felgueiras e o seu ex-marido, Sousa Oliveira. A ex-autarca é acusada de ter desrespeitado os órgãos judiciais e o Estado de Direito, lesando assim a imagem e o bom nome do Partido Socialista.

Já a expulsão de Sousa Oliveira prende-se com o caso das agressões de que foi vítima o presidente da Federação do Porto, Francisco Assis, aquando da sua deslocação a Felgueiras. É considerado, no mínimo, co-autor da vigília que resultou nos descatos registados em Felgueiras e acusado de desrespeitar os Estatutos do PS, não se tendo mostrado arrependido de nenhum dos seus actos na resposta à nota de culpa. O Conselho de Jurisdição Distrital do PS/Porto decidiu ainda suspender por seis meses os militantes Jaime Ribeiro Pereira e David Queiroz, ambos acusados de estarem também envolvidos nas agressões a Assis.

RENTRÉE DO PS/PORTO

ASSIS CRITICA GOVERNO RADICAL E DA CRISE

Críticas à política que tem vindo a ser seguida pelo Governo em diversas áreas marcaram a "rentrée" do PS/Porto que foi assinalada este fim-de-semana com duas festas-comício que tiveram lugar em Gondomar e Santo Tirso.

Falando perante largas centenas de militantes e simpatizantes na Grande Festa de Verão realizada em Gondomar, o líder da Federação do Porto do PS, Francisco Assis, disse que desde 1974 que o País não tinha um Governo "tão radical", que classificou ainda como "o Governo da crise".

Na sua intervenção, Assis passou em revista o estado sombrio da nossa economia, salientando que a ministra Ferreira Leite, inicialmente anunciada "da salvação", é afinal a ministra da recessão".

No entanto, frisou, o principal responsável pelo estado da nação "é Durão Barroso e o seu Governo de confusão, irresponsabilidade e incompetência".

Assis acusou ainda o Governo de "clientelismo partidário", sublinhando que "só há trabalho para os militantes com cartão do PSD e do PP". Inclusive, denunciou, no Porto, o Instituto de Emprego e Formação Profissional "encontra-se colonizado".

Francisco Assis garantiu ainda que "o



PS está vivo e actuante", pronto para protagonizar uma alternativa de poder à actual coligação.

Por sua vez, Maria de Belém, do Secretariado Nacional, centrou a sua intervenção nas "políticas do susto e da propaganda" do actual Governo, sublinhando que o PSD desistiu do presente "para nos acenar com um futuro incerto, desculpabilizando-se com as realizações do PS de forma descabida".

Contra o desmantelamento do Estado

Quanto às propaladas reformas, Maria de Belém classificou-as como acções de

"desmantelamento do Estado", colocando "em situação trágica as famílias".

A "rentrée" dos socialistas do Porto foi também assinalada com uma festa-comício, em Santo Tirso, onde o dirigente socialista Alberto Martins criticou o envio da GNR para o Iraque e exigiu apuramento de responsabilidades na tragédia dos incêndios.

"Há 120 homens da GNR que este Governo quer fazer avançar para o Iraque e que, manifestamente, não estão em condições de garantir a sua vida e a dignidade, já que é uma acção que não está a ser decidida na égide das Nações Unidas", disse, acrescentando que a questão do Iraque "foi um teste à incapacidade do Governo", por culpa de quem Portugal esteve orgulhosamente só, com os falcões do mundo".

Já o líder da Federação do Porto, Francisco Assis, criticou a actuação do Governo na questão dos incêndios que assolaram o País, sustentando que nesta matéria o Executivo de direita demonstrou "total incapacidade". É que, adiantou, "houve incêndios a mais e ministro da Administração Interna a menos".

Na sua intervenção, Assis foi ainda particularmente crítico para com Paulo Portas, classificando o presidente do CDS/PP como "o líder de alguma extrema-direita".



VILA NOVA DE CERVEIRA

FERRO DENUNCIA AUMENTO DAS LISTAS DE ESPERA NOS HOSPITAIS

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, disse que o Governo, "para fingir que cumpre o Pacto de Estabilidade, está a prejudicar o investimento público e privado", conduzindo assim o País "a uma recessão económica grave, como já não havia memória".

Em Vila Nova de Cerveira, onde visitou a bienal de artes e se encontrou com autarcas e dirigentes socialistas locais, Ferro Rodrigues afirmou que se assiste a uma "total paralisia do País", salientando que mesmo as previsões optimistas do FMI para 2004, que prevêem um crescimento de 1,6 por cento do PIB, precisam de medidas concretas de estímulo à economia para que se possam tornar realidade.

Por isso, para Ferro Rodrigues, a culpa da grave situação em que se encontra o País, "é manifestamente deste Governo e deste primeiro-ministro que encheram o País de promessas e agora lhe oferecem uma situação de crise permanente com consequências sociais graves, nomeadamente ao nível do desemprego e da falência generalizada de empresas".

Salientando que "o único indicador em que a economia portuguesa converge com a Europa é no aumento do desemprego", o líder do PS mostrou-se particularmente



preocupado com os jovens licenciados "que, depois de anos de estudo, não encontram nem soluções para os seus problemas, nem nenhuma resposta incentivadora com programas específicos que um Governo com preocupações sociais teria necessariamente de ter".

Ferro Rodrigues considerou que a situação de "paragem" que o País vive é visível em todas as regiões, apontando o caso do distrito de Viana do Castelo onde o Governo já põe em causa a continuação do IC1 até Valença do Minho e a ligação à A3, e pensa colocar portagens numa via que foi concebida há vários anos como sendo livre, dado que se trata de uma infra-estrutura de acesso internacional a

uma região desfavorecida e à Galiza, na Espanha.

Ferro Rodrigues manifestou-se preocupado com as queixas que lhe foram feitas pelos autarcas socialistas da região, que apontam a paralisia de diversos projectos de grande interesse regional, lamentando que "a palavra de ordem do Governo se limite ao verbo bloquear".

Em relação às notícias surgidas na comunicação social acerca da manutenção nas listas de espera dos centros de saúde de 110.000 utentes, o secretário-geral do PS afirmou que é um sinal de que o Governo "tem uma grande actividade de propaganda e uma pequena capacidade de resposta para os problemas dos portugueses".

Para Ferro Rodrigues, o aumento das listas de espera significa "mais uma promessa do Governo na área social que ficou por cumprir".

O líder do PS criticou ainda as recentes declarações do ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, sobre as mortes ocorridas em Portugal devido à vaga de calor, segundo as quais se registaram apenas quatro óbitos por esse motivo, considerando que se trata de uma "falta de respeito para com o parlamento e para com os portugueses".

CARLOS LUÍS CONTRA MUDANÇA NO CONSULADO DE SÃO PAULO

Carlos Luís, deputado e director nacional do Departamento da Emigração do PS, vai entregar na Assembleia da República um abaixo-assinado com 1300 assinaturas contra a saída do Consulado-Geral de Portugal em São Paulo, Brasil, das instalações da Casa de Portugal naquela cidade brasileira. O parlamentar do PS anunciou a sua intenção após a reunião com o cônsul de Portugal em São Paulo, Luís Manuel Barreira de Sousa, para abordar a decisão do Governo de integrar em novas instalações o consulado, o Instituto Camões (IC) e a delegação do ICEP.

Carlos Luís, que está no Brasil no âmbito de uma périplo junto das comunidades portuguesas, disse que irá apresentar ao ministro dos Negócios Estrangeiros as preocupações que encontrou junto dos portugueses residentes naquele país.

A saída da reunião com o cônsul, o deputado socialista disse que "o Estado português tem de reforçar com mais pessoal e equipamento as estruturas consulares de São Paulo e Minas Gerais uma vez que a procura é muito grande".

Carlos Luís disse ainda que Portugal não deveria encerrar consulados mas sim abrir novos consulados e deu como exemplo que "encerrar o consulado de Porto Alegre obrigará os utentes a percorrerem mais de 1700 quilómetros até ao consulado mais próximo".

A comunidade portuguesa do estado de São Paulo, recorde-se, está estimada em cerca de 300 mil pessoas, metade dos quais inscritos no Consulado-Geral.



UM PARTIDO MAIS PRÓXIMO DOS NOSSOS SONHOS.

Já Disponível.

Comemoramos 30 anos do Partido Socialista.
Comemoramos 30 anos de Democracia.
Descubra fotos e factos que ajudaram a construir a Democracia em Portugal.

FEDERAÇÕES - CONCELHIAS - PARTICULARES
FAÇAM JÁ A ENCOMENDA DOS SEUS EXEMPLARES.

Os pedidos devem ser feitos para:
Telefone: 21 382 20 14
Fax: 21 382 2007
e-mail: gcps@ps.pt
ou directamente na Sede Nacional.

Valores para o Século XXI.

A Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista definem como prioridades da acção política, ao longo da sua história, por ter os seus valores, a nível de valores, os trabalhadores, a defesa dos seus interesses e a manutenção e desenvolvimento do país. Recentemente um programa foi lançado em Portugal em 2002. Tinha como objectivo, em sociedades progressivas, os portugueses como portadores de valores. Na qualidade de cidadãos, a qualidade da economia e na qualidade das estruturas políticas.

A Declaração de Princípios aprovada em 2002 comprometeu a acção política do partido como prioridade de 2002. A acção política do partido deve ser orientada para a melhoria da qualidade da vida, a qualidade da economia e na qualidade das estruturas políticas.

Socialista

O ALQUEVA QUE NOS HONRA

O coração do novo Alentejo de água e regadio está construído. Foi obra de um coração socialista que deu corpo a um sonho antigo de várias décadas de todo um povo e de uma região. Depois de anos e anos de debate e adiamentos, o tal Governo que nunca decidia, foi quem avançou com essa obra estruturante, mesmo antes de haver garantias de financiamento comunitário, por considerá-la fundamental para o desenvolvimento do País.

O Alqueva é hoje uma realidade apta a desenvolver todas as potencialidades para o qual foi pensado e construído. Um projecto integrado de desenvolvimento através da realização de fins múltiplos com ramificações na área do turismo, na produção de energia eléctrica, agricultura, fornecimento de água às populações e até abastecimento de água à indústria, nomeadamente ao complexo de Sines. A componente agrícola assume particular relevância, uma vez que a maioria do investimento é direccionado para a agricultura. Do ponto de vista da atitude, o Alqueva também visa resolver um problema de interioridade, salienta Elisa Ferreira, antiga ministra do Planeamento, que vinca bem essa orientação de marca socialista, em conversa com o "Acção Socialista". "Foi política do PS, de forma não demagógica mas séria, tratar as questões da interioridade, pegar nas zonas da interioridade do País e fazê-las afirmarem-se, desencravando bloqueios ao seu desenvolvimento, segundo, não numa lógica de assistência, mas numa lógica de dar condições para que o desenvolvimento ocorra", afirmou.

A decisão de arrancar com a obra coube a João Cravinho, ministro do Planeamento do I Governo de António Guterres, tarefa depois continuada por Elisa Ferreira, que lhe sucedeu no lugar, e foi ainda durante a governação socialista que se deu início ao processo de enchimento do maior lago artificial da Europa.

Mas foi no histórico Conselho de Ministros de 3 de Setembro de 2001, realizado no próprio local da barragem, que foram tomadas as decisões políticas que praticamente desbloquearam e definiram todo um conjunto de situações que eram consideradas problemas graves do empreendimento. Desde logo, como recorda Capoulas Santos, "a definição do preço da água e do modelo de financiamento do empreendimento". Foi calendarizada a obra a realizar, nomeadamente a sua gigantesca componente agrícola, para além da grande barragem que normalmente os cidadãos associam ao Alqueva.

O PS definiu toda uma cascata de projectos e calendarizou-os, no que diz respeito à componente agrícola, entre 2002 e 2025, a um ritmo médio de obra de cerca de 4500 hectares ano. (ver mapa anexo)

"Para se ter uma ideia, o PS propunha neste Quadro Comunitário de Apoio que vai até 2006, fazer 70 mil hectares novos

em todo o País, 26 mil dos quais em Alqueva. Isto significava, em sete anos, cerca de 10 mil hectares ano", esclarece o deputado socialista por Évora, que compara este impulso aos períodos dos governos de Cavaco Silva, em que "foram construídos apenas uma média de mil hectares por ano. A nossa aposta era decuplicar anualmente as metas já consideradas ambiciosas pelos executivos de Cavaco Silva, e cumprimos esses objectivos".

Em números, tem 250 km quadrados de superfície do lago que correspondem a uma "linha de costa" maior do que toda a costa marítima portuguesa da foz do rio Minho à do Guadiana. É composta ainda por 17 barragens de grande e média dimensão, reservatórios abastecidos pelo reservatório-mãe, o que implica 680 km de grandes canais a céu aberto, mais 4400 km de condutas enterradas, cujo objectivo é o de "fornecer água sob pressão aos agricultores, 24 horas por dia, 365 dias por ano, sem que os agricultores careçam de gastar energia eléctrica", explica o antigo ministro da Agricultura, que acredita no dia em que todo o sistema ficará com água sob pressão pronta a jorrar das 10 mil bocas de rega, entretanto espalhadas por todas as explorações do grande perímetro.

Quem não precisa de esperar para ver são os habitantes da Aldeia da Luz. Conforme salienta Elisa Ferreira, "a grande operação de realocização de pessoas que foi todo o trabalho da Aldeia da Luz também ficou pronta, não tendo ocorrido a mudança física das pessoas porque se optou por evitar demagogia que nessa altura já estava a nascer, nomeadamente com o senhor presidente da junta de freguesia da Aldeia da Luz que, de facto, tudo fez para complicar. Optou-se por não criar mais stress nas pessoas. Mas, aldeia ficou completamente pronta. Tanto que passados dois ou três meses foi feita mudança, já neste Governo". Por outro lado, ficou também concluído todo o trabalho de requalificação e valorização das infra-estruturas e de apoios às câmaras da envolvente, e foram lançados projectos destinados às chamadas aldeias de água. Os planos gerais de ordenamento da envolvente do Alqueva e da própria utilização da área também ficaram prontos.

Paralisia e desinteresse

A engenharia financeira associada à obra que cruzou dinheiro nacional, comunitário e do Banco Europeu de



A água armazenada na barragem do Alqueva constitui em si um valor estratégico

Investimentos não foi desvirtuada nem entrou em derrapagem.

"Basicamente cumpriu-se o orçamento inicial. Houve alguns trabalhos a mais que foram plenamente justificados e cujos valores foram confirmados por um tribunal arbitral. Cumpriam-se os prazos e cumpriu-se o orçamento", afirma a antiga ministra do Planeamento, atribuindo esse resultado ao facto dos concursos internacionais e a própria gestão da obra ter sido feita com uma "grande exigência e uma negociação duríssima com os empreiteiros porque houve intempéries pelo meio".

Por isso não se entendem as declarações de Sevinate Pinto, actual ministro da Agricultura, que diz ter encontrado um "grande buraco financeiro". Elisa Ferreira é peremptória em afirmar que toda a obra ficou paga. "Tudo ficou regularizado financeiramente e portanto não houve aí qualquer herança", afirma, para em seguida sublinhar que o último gestor da EDIA (Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas de Alqueva) – homem da confiança do PSD – quando saiu, deixou as contas claras nos termos do seu próprio relatório. "Não há riscos de ter havido com o dr. Adérito Serrão qualquer tipo de contaminação partidária, o que prova que o PS teve sempre uma grande isenção na escolha dos gestores", realça.

Além de paga a obra levava um ano de avanço sobre o programado, no que respeita à instalação de novos perímetros de rega. Ou seja, estava concluído em 2002 o que apenas estava previsto acabar em 2003. Mas, desde a chegada da direita ao Governo, assiste-se a uma paralisia do projecto e a um total desinteresse da sua componente agrícola. O que, na óptica de Capoulas Santos, "não é de estranhar porque as forças mais conservadoras do País e da região sempre foram contra este projecto. Mesmo no tempo de Salazar, conseguiram prolel-lo durante décadas e conseguiram continuar a protelá-lo décadas depois do próprio 25 de Abril, depois da adesão do País à CEE". O ex-ministro da Agricultura responsabiliza o actual estado de paralisia do empreendimento a "um sector politicamente muito influente e poderoso com fortes ligações ao actual poder que sempre esteve e continua a estar contra o projecto de Alqueva precisamente pelo pavor que

tem de que o regadio induza a mudanças sociais que vão pôr em causa o seu estatuto de terratenente. Esses têm hoje razões acrescidas para estar satisfeitos porque estão representados no Governo e particularmente no Ministério da Agricultura".

Face a esta situação de mais uma obra adiada, o secretário-geral do PS deslocou-se a Ferreira do Alentejo onde se reuniu no passado dia 29 de Agosto com os autarcas socialistas da área de influência do empreendimento, deputados e os presidentes das federações regionais de Portalegre, Setúbal, Beja e Évora. No encontro, Ferro Rodrigues declarou que o PS irá desenvolver "a todos os níveis diversas iniciativas" com o objectivo de desbloquear "a paralisia do projecto". Para o secretário-geral do PS, esta é uma situação "inadmissível", pelo que prometeu levar a questão à Assembleia da República na forma de interpelação ao Governo, ao mesmo tempo que se comprometeu a promover no Alentejo "um fórum alargado com autarcas de várias cores políticas sobre o Alqueva".

É a análise de factos objectivos que ocorreram em apenas ano e meio que levam o PS a concluir que o Governo está a bloquear o projecto, nomeadamente na sua vertente agrícola. Explica Capoulas Santos que "mal o Governo tomou posse foi logo substituída a administração da EDIA. A empresa tem cinco administradores, um dos quais tem o pelouro da agricultura, que é neste momento o mais importante, uma vez que está concluída a barragem, instalada a Aldeia da Luz, repostas acessibilidades, e efectuadas as desmatações. Hoje a componente essencial desta empresa é a agricultura. Foi precisamente durante muitos meses que o administrador que tem o pelouro mais importante do projecto aquele que ficou por nomear".

Outro dado saliente, também segundo Capoulas Santos, é o facto de não ter sido "lançado qualquer outro bloco de rega", o que compromete toda a calendarização. Mas mais grave e porventura paradoxal, "nem sequer passou ainda a ser distribuída água aos blocos de rega que o Governo do PS deixou concluídos em 2002". Nesse ano ficaram concluídos cerca de 6 mil hectares que deviam ter começado a regar logo

em Março ou Abril, de forma experimental, e a plena laboração deveria ter ocorrido neste ano de 2003. Passaram duas campanhas de rega e a água ainda chega aos agricultores, pois o Governo só ao fim de muitos meses da obra estar concluída é que deu conta de anomalias na construção de um dos canais. Verdaderamente espantoso é que ao fim de dois anos essas anomalias não tenham sido identificadas nem corrigidas sequer. Este abandono "é mais uma forma de desincentivar", acusa Capoulas Santos que também considera este primeiro bloco de rega como "paradigmático e fundamental" para garantir a adesão dos agricultores e o sucesso dos novos blocos de rega que passarão a ser construídos em zonas onde não há essa tradição de rega.

Continuem-na, porra!

Para os alentejanos é "afrontoso" dizer-se que a reserva de água é inútil, desde logo porque a água constitui em si um valor estratégico, e depois porque o Alqueva tem valências complementares que podem e devem constituir uma alavanca para o desenvolvimento de toda a região. Acresce o facto de a barragem corresponder a uma aspiração histórica de gerações e de nenhum outro projecto ter sido tão estudado em Portugal, nas suas diversas vertentes e valias. Por isso, José Ernesto, presidente da Câmara de Évora, relativamente à paragem verificada, pede desculpa pela palavra "dura e rude" mas só o termo "criminoso" é capaz de expressar com a devida veemência o sentimento de quem vê atrasar-se a construção das diferentes componentes do complexo empreendimento.

Enquanto José Ernesto recorda que o Alqueva foi o maior projecto co-financiado em toda a Europa o que demonstra bem a importância que lhe foi atribuída pela União, Elisa Ferreira sublinha que é necessário aproveitar todos os fundos comunitários destinados ao empreendimento, tanto mais que não voltarão a reunir-se as condições históricas que permitiram o apoio financeiro que lhe foi destinado pelo orçamento comunitário no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio que tanto custou a negociar pelo Governo do PS.

Em vez de ser um elefante branco como alguns aparecem agora a baptizá-lo, o presidente da Câmara de Évora sublinha também a importância sociológica do mesmo na medida em que continuando a região a desertificar-se, este empreendimento é susceptível de captar novas pessoas para o Alentejo e assim inverter uma tendência demográfica. Por outro lado, não tem dúvidas em afirmar que depois de tantas décadas de abandono, é o País que tem de prestar esta "dívida de gratidão ao Alentejo e aos alentejanos recompensando-os de inúmeros sacrifícios".

Para o concelho de Évora, para além da valia agrícola, são também "importantíssimas" as energética e turística. No que respeita ao turismo, o empreendimento vem complementar a componente patrimonial e histórica da capital do Alto Alentejo. Por outro lado, permite garantir à cidade o abastecimento público de água para consumo humano, suprimindo assim uma carência secular.

O trabalho que resta fazer consiste em retirar da água todo o rendimento que ela tem para dar e que justificou, de resto a construção da barragem e o projecto de desenvolvimento associado. Por isso, Elisa Ferreira não entende a inflexão que se constata. "Depois do Governo ter mudado dá ideia de que um projecto que até mesmo em debate parlamentar parecia de grande interesse por parte do PSD porque vinha aqui perguntar e questionar sobre os orçamentos, se tinha havido desvios, e a partir do momento em que a responsabilidade é transferida para a actual maioria, deixou de ser tema. Inauguraram aquilo que tinha ficado feito pelo Governo anterior e que estava para construir esqueceram" afirma.

Mas os portugueses não esquecem que a obra existe, que a sua construção lhes saiu dos bolsos e por isso não estão dispostos a ver esse investimento desperdiçado. Por seu lado, os empresários, tanto os estrangeiros como os nacionais, estão bem atentos às oportunidades de investimento propiciadas pelo Alqueva. Amiúde saem notícias dando conta que espanhóis, franceses, ingleses, alemães e holandeses estão interessados em investir no perímetro da barragem o que, por um lado, vem demonstrar a valia do empreendimento, e, por outro, assustar



Também a nova Aldeia da Luz ficou pronta a tempo e horas

as forças conservadoras que insistem em denegrir o Alqueva, nomeadamente a viabilidade da sua componente agrícola. Sem ser nenhuma varinha mágica, o Alqueva é uma alavanca essencial no processo de desenvolvimento do Alentejo e do próprio País. É, também, com certeza, um projecto viável para a agricultura cujo sucesso depende de ser ou não acarinhado e executado de acordo com os objectivos traçados. Porque, diz Capoulas Santos, "se for boicotado quer nas explorações quer na paralisia das obras necessárias a conduzirem água às explorações agrícolas, obviamente que este projecto não terá viabilidade". E é nisso que parecem apostados os responsáveis da EDIA quando publicamente declaram que não estão reunidas condições para no âmbito deste QCA realizar mais obra. Confirma-se assim, uma vez mais, o desinvestimento e o desinteresse da tutela na componente agrícola do empreendimento. Tanto mais que importantes instrumentos de política,

relativamente ao Alqueva, foram sabotados, como é o caso do Banco de Terras e do Fundo de Mobilização de Terras que foram simplesmente rasgados por este Governo.

A linha de clivagem que separa o PS do PSD é bem evidente na forma como cada um dos partidos trata o Alqueva. Enquanto os socialistas são pelo progresso, pela modernização, pela criação de condições que recuperem atrasos ancestrais de produção agrícola com a implementação do regadio e pela dinamização das inúmeras potencialidades da região que ajudem à fixação de populações, o Governo de Durão Barroso tudo faz para bloquear a obra deixada pelo PS, boicotando e paralisando o projecto de forma a não pôr em causa um conjunto de interesses e de relações de força que há muito dominam a região.

Os alentejanos podem continuar a contar com o PS para dar seguimento ao Alqueva como projecto de futuro e de desenvolvimento do Alentejo.

O País relativo

O GOVERNO INVISÍVEL E SEM VISÃO

É triste que o sumo a retirar do discurso de um primeiro-ministro de um governo com pouco mais de um ano, que devia estar no auge da energia, seja este. Seco, pobre, sem fôlego. Um governo de políticas invisíveis e sem visão.



MIGUEL CABRITA

geral do Partido Socialista em Portimão a praticamente monopolizar as atenções. Mas a explicação é, afinal, bem simples.

Durão Barroso, líder do PSD e primeiro-ministro (para os mais esquecidos) fez em Caminha o discurso mais pobre de que há memória na *rentree* política de um líder de Governo. Ao fim de dois dias, já ninguém se lembrava bem do que tinha dito, e esse sentimento só se reforça com a passagem do tempo. Porque será que isto acontece? A verdade é que Durão Barroso não disse grande coisa. Disse muito pouco de relevante para a governação do país, e por isso tudo o que (não) disse é elucidativo q.b. sobre as grosseiras falhas, erros e omissões deste Governo, que estão para continuar.

Acima de tudo, Durão Barroso, em meia hora de discurso, não conseguiu (ou não quis?) dizer *nada* de substantivo ou de novo sobre *nada* daquilo que devia ter dito. Sobre emprego, por exemplo, nada - o que já não é novidade. Será que cem mil desempregados a mais em pouco mais de um ano não é motivo para preocupações? Será que o ministro Bagão anda a reter informação no ministério do trabalho? Será que Durão não lê jornais? Será que Durão não sabe que todas as previsões dizem que o desemprego continuará a subir?

Sobre economia, generalidades e uma nova versão da promessa de baixa de impostos (lembram-se?). Alguém devia explicar ao primeiro-ministro que um coelho mentiroso tirado da mesma cartola duas vezes não resulta. Talvez por isso, desta vez a coisa já não se chama "choque fiscal"; a expressão é manifestamente de má memória para o Governo, e para todos os portugueses que acreditaram numa promessa que se revelou nada mais do que uma farsa. O "choque" agora é travestido para não *chocar*, vem mais discreto, tímido e tardio. Primeiro para as empresas, depois para os eleitores, perdão, para os trabalhadores. Para estes já bem em cima das próximas legislativas, para garantir que não têm tempo de se esquecer dessa eventual benesse.

Mas num contexto de séria degradação da situação orçamental será interessante ver o que vai acontecer já este ano com o défice. Que telenovela nos estará reservada para o corte e costura dos números finais? Já vamos de 2,944 por cento, apesar de todos os truques de ilusionismo. Mas veremos ainda como se chegará no final de contas a tão fantasiosa meta - enquanto mês após mês as previsões falham, os números vão escorregando, mas tudo parece (para a ministra e para o primeiro-ministro) perfeitamente normal.

Depois, sobre a educação, que se atreveu a eleger como prioridade, Durão Barroso basicamente vendeu-nos efabulações e mentiras. Como se pode falar em investimento na educação quando as universidades públicas estão a saque? Quando a investigação científica, e inovação e a cultura estão ao abandono? Quando a falta de um rumo que não seja cortar a torto e a direito é por demais evidente?

É triste que o sumo a retirar do discurso de um primeiro-ministro de um governo com pouco mais de um ano, que devia estar no auge da energia, seja este. Seco, pobre, sem fôlego. Um governo de políticas invisíveis e sem visão.

É de mau sinal que assim seja, sobretudo quando, qual cereja em cima do bolo, lá veio o estafado truque de traçar horizontes longínquos, convenientemente distantes da gritante incapacidade e falta de ideias do presente. Durão anunciou a um povo agradecido que gostaria de governar até 2010, porque uma só legislatura não chega. Só não conseguiu explicar para quê. Pois não, não chega. Sobretudo se continuarem assim. Mas, pensando melhor, uma legislatura chega muito bem. Até sobra.

Calendarização das obras e estimativas dos investimentos Evolução da entrada de área em regadio

| ANO | ÁREA EQUIPADA COM REDE SECUNDÁRIA (ha) | BLOCOS COM INVESTIMENTOS EM REDE SECUNDÁRIA | Investimento | | |
|------------|--|--|---------------|-----------------|---------|
| | | | REDE PRIMÁRIA | REDE SECUNDÁRIA | TOTAL |
| 2001 | | IF12 - 1 Fase | 3300,0 | 7967,7 | 11267,7 |
| 2002 | 1900 | IF12 - 1 Fase | 8066,9 | 3452,6 | 11519,5 |
| 2003 | 3900 | IF12 - 2 Fase | 11195,3 | 4060,5 | 15255,8 |
| 2004 | 3600 | Loureiro Monte-Novo e Pisão | 14147,4 | 13467,8 | 27615,2 |
| 2005 | 8850 | Pisão, Loureiro Monte-Novo, Ardila e Alvíto-Pisão | 9000,2 | 18064,3 | 27064,5 |
| 2006 | 7950 | Loureiro Monte-Novo, Ardila e Alvíto-Pisão | 5763,6 | 8392,0 | 14155,6 |
| 2007 | 2503 | Alvíto-Pisão, Ligação Alvíto-Barras, Alfundão | 1894,0 | 4006,0 | 5900,0 |
| 2008 | 2503 | Alvíto-Pisão, Alfundão, IF13, IF14, IF17, Alvíto-Barras | 4465,0 | 4864,0 | 9329,0 |
| 2009 | 1006 | Alfundão, IF13, IF14, IF17, Alvíto-Barras e Barras-Vale Gaio | 4416,0 | 2650,0 | 7066,0 |
| 2010 | 7538 | Alfundão, IF13, IF14, IF17, Alvíto-Barras e Barras-Vale Gaio | 3116,1 | 7315,0 | 10431,1 |
| 2011 | 8163 | IF13, IF14, IF17, Alvíto-Barras e Barras-Vale Gaio | 3292,9 | 7845,0 | 11137,9 |
| 2012 | 7157 | IF13, IF14, IF17 e Barras-Vale Gaio | 2326,0 | 6341,0 | 8667,0 |
| 2013 | 4850 | Roxo-Sado, IF14, IF17, Ardila | 2404,0 | 4457,0 | 6861,0 |
| 2014 | 5801 | Roxo-Sado, IF14, IF17 e Pedregão, Ardila | 5155,0 | 5319,0 | 10474,0 |
| 2015 | 1839 | Roxo-Sado, IF15, Pedregão, Ardila | 5764,0 | 2290,0 | 8054,0 |
| 2016 | 3835 | Roxo-Sado, IF15, Pedregão, Ardila | 6894,1 | 3661,0 | 10555,1 |
| 2017 | 6071 | Roxo-Sado, IF15, Pedregão, Ardila | 6364,9 | 5170,0 | 11534,9 |
| 2018 | 6071 | Roxo-Sado, IF15, Beja-Quintos, Pedregão, Ardila | 4651,0 | 5595,0 | 10246,0 |
| 2019 | 2149 | IF15, Beja-Quintos, Pedregão | 3218,0 | 3497,0 | 6715,0 |
| 2020 | 4122 | IF15, Beja-Quintos, Pedregão | 1704,0 | 6706,0 | 8410,0 |
| 2021 | 5360 | IF15, Beja-Quintos, Pedregão | 121,1 | 7681,0 | 7802,1 |
| 2022 | 5275 | Beja-Quintos, Pedregão | 297,9 | 5746,0 | 6043,9 |
| 2023 | 5275 | Pedregão | 0,0 | 4870,0 | 4870,0 |
| 2024 | 4037 | Pedregão | 0,0 | 3656,0 | 3656,0 |
| 2025 | 4037 | Pedregão | 0,0 | 1829,0 | 1829,0 |
| Total (ha) | 111751 | Total | 107557,4 | 148902,9 | 256460 |

Preços de 2001 (em milhares de contos). Fonte: EDIA-DADR

NA EUROPA SEM MEDO

Se de algo o PS se pode orgulhar é de nunca, no governo ou na oposição, ter usado a Europa como bode expiatório ou arma de arremesso das suas dificuldades circunstanciais, mesmo quando, ao longo dos últimos 16 anos, foi confrontado com situações complexas e difíceis de gerir.

É muito fácil fazer *oposição* à custa da Europa. Como é fácil, também, *governar* acusando a Europa. Dir-se-á que são expedientes mediocres e de baixo gabarito político, usados à mingua de ideias, projectos ou políticas capazes de impelirem os cidadãos a aderirem ao discurso da oposição ou à prática dos governos. Mas não é, infelizmente, um argumento que nos console, este, o de reconhecer que estas atitudes se fundam na fragilidade. Porque todos - governos e oposições -, em todas as latitudes, sempre utilizaram a *gestão da questão europeia* ora como *bode expiatório* ora



LUÍS MARINHO

como *arma de arremesso*, medindo o seu interesse na Europa pelas cacetadas, impropérios e desconfianças com que a agridem, em nome da soberania ou do interesse nacional ou, contrariamente, condenando os seus adversários políticos pelo mau desempenho nas obrigações europeias.

No fundo, trata-se, no primeiro caso, de *populismo nacionalista* que esconde incuria, ignorância e pouca influência na Europa. Mas que se sabe fazer vibrar a corda sensível dos sentimentos "nacionais". Obviamente, por falta de informação e desconfiança perante o exterior - próprias de um país que vendeu durante décadas a teoria do "orgulhosamente sós".

Na segunda hipótese, trata-se de *europismo apressado* que arremete hipocritamente contra os nacionais, em nome do hipotético interesse em cumprir os preceitos europeus.

Se de algo o PS se pode orgulhar é de nunca, no governo ou na oposição, ter usado a Europa como bode expiatório ou arma de arremesso das suas dificuldades circunstanciais, mesmo quando, ao longo dos últimos 16 anos, foi confrontado com situações complexas e difíceis de gerir.

Do mesmo, não se pode gabar o PSD, que entrou para este governo acusando o anterior de dedo em riste, perante a instância europeia, a propósito do défice excessivo que hoje lhe cai na cabeça, com as consequências que sabemos.

Num momento de importância extrema, como o que hoje vivemos, para o futuro da Europa e de Portugal, o que nos caracteriza é, felizmente, a nossa coerência histórica. Nem nos tentámos, acusando o Governo pelas *debilidades* que não conseguiu superar, para melhor afirmar Portugal no projecto de Constituição, em nome do interesse nacional, nem denunciámos na Europa os fracassos financeiros do Governo, obrigado já a vender os anéis ao prestamista CGD, disfarçando assim o incumprimento das suas obrigações europeias.

Se não é esse o caminho que seguimos, não deixamos, porém, de ser *vigilantes e exigentes*. Por isso, merecemos alguma *explicação* convincente, por parte do Governo, sobre o que foi ele fazer à República Checa, com mais 14 Estados europeus de tenra idade ou de mera adolescência, no que em tudo se assemelha a uma *fronda de descontentes* que lamuriaram as suas mágoas e vendem, para o seu interior, discursos inflamados sobre a soberania nacional, como o vem fazendo a simpática Polónia...

Sei que todas as solidariedades são necessárias, mas a actual União não é o grupo dos *não-alinhados*. Nem se pode deixar envolver nos pavores e complexos que existiram no *Pacto de Varsóvia*. Portugal nunca foi de uma coisa nem de outra. Portugal é, como a Grã-Bretanha, um dos mais antigos e independentes países europeus. Não tem receios dessa natureza. Por isso, não deve partilhar angústias *nem conspirações falhadas* com os que têm medo.

Tenhamos consciência e orgulho! Na Europa somos gente crescida e sem preconceitos e, por isso, não se aceita que o Governo nos leve a frequentar as *catacumbas* do edifício europeu!

Opinião

SEGURO CONTRA REFERENDO E EUROPEIAS NO MESMO DIA

O coordenador dos Assuntos Europeus na Assembleia da República, António José Seguro, manifestou-se totalmente contra a ideia proposta por 25 eurodeputados de realizar no mesmo dia, em princípio, em 13 de Junho de 2004, as eleições para o Parlamento Europeu e o referendo à Constituição europeia.

Esta ideia, que tem alguns defensores entre os eurodeputados do PSD que, inclusivamente, admitem a possibilidade de se alterar a Constituição para esse efeito, foi considerada por António José Seguro "uma golpada de quem está no poder".

Na realidade, a Constituição da República não permite a convocação e a realização de referendo entre a data da convocação e a da realização de eleições gerais para os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e do poder local, bem como de deputados ao Parlamento Europeu.

O deputado socialista justifica a sua rejeição do duplo voto afirmando que "nas eleições europeias os dois maiores partidos vão entrar em confronto,



enquanto que no referendo, em princípio, estarão do mesmo lado. Segundo refere, no primeiro caso está em causa a escolha de eurodeputados e, no segundo, a ratificação de um

tratado europeu quase consensual. Também o PCP, o BE e o CDS-PP estão contra a realização simultânea de referendo e eleições, afirmando que isso retiraria dignidade a ambos os actos.

SÉRGIO SOUSA PINTO

DIREITOS DOS IMIGRANTES PRECISAM DE SER REFORÇADOS NO ESPAÇO EUROPEU

O nível de protecção dos Direitos Fundamentais dos imigrantes no espaço da União deve ser mais elevado, considerou no plenário de Estrasburgo o eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto, ao intervir no debate do relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na União em 2002.

Entre estes direitos que o eurodeputado considera que devem ter um nível de protecção maior está o estatuto europeu dos residentes de longa duração. Este direito é aplicável aos imigrantes que residam há mais de cinco anos no território de um Estado-membro, e que irá oferecer

aos interessados o direito a importantes prestações sociais nas mesmas condições dos nacionais nos países de acolhimento. Por outro lado, defende a adopção da directiva relativa à entrada e residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho assalariado ou de exercício de uma actividade independente. A adopção desta directiva implicará o reconhecimento de canais legais para a imigração - evitando assim os contratos ilegais -, e criará um quadro transparente de procedimentos simplificados para os agentes económicos. Sérgio Sousa Pinto culpou os governos europeus pelos "graves atrasos" na

adopção de medidas para a criação de uma verdadeira e coerente política europeia relativa à imigração ilegal. Para o eurodeputado, a lentidão e os bloqueios que impedem ou atrasam a adopção de propostas essenciais em matéria de política de imigração e asilo provam que o único caminho possível é a implementação do processo de co-decisão legislativa entre o Conselho e o Parlamento Europeu. É neste sentido que se congratulou que tenha sido esse o resultado dos trabalhos da Convenção Europeia em matéria de Justiça e Assuntos Internos.

PS PRESTA HOMENAGEM A SÉRGIO VIEIRA DE MELLO

O Partido Socialista prestou homenagem a Sérgio Vieira de Mello, tragicamente falecido num brutal atentado terrorista em Bagdad. "Curvo-me respeitosamente perante a morte do dr. Sérgio Vieira de Mello, um herói da democracia e da paz", afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, num comunicado divulgado momentos depois de ter sido confirmada a morte do diplomata.

Ferro Rodrigues lamentou ainda, em seu nome e no do PS, os mortos e feridos resultantes do atentado terrorista, que classificou de "brutal e sem qualquer justificação".

Também o eurodeputado Mário Soares



considerou "uma grande tristeza" a morte de Vieira de Mello. "Foi um funcionário da ONU de grande brilho e teve um extraordinário papel de independência e inteligência em Timor-Leste. Estamos-lhe sempre muito gratos pelo que conseguiu para Timor", disse. No mesmo sentido foram as declarações de Ana Gomes, ex-embaixadora na Indonésia e responsável pelas Relações Internacionais do PS. "Sérgio Vieira de Mello foi um grande amigo de Timor. Nos últimos tempos, ele foi muito firme e claro ao fazer ver às potências da coligação que elas, por si só, não poderiam assegurar a paz no Iraque", disse.

PE QUER MAIS VERBAS PARA ATENUAR PREJUÍZOS DOS INCÊNDIOS

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução na qual defende um aumento da verba de 31.655 milhões de euros para 94.579 milhões de euros, destinada a atenuar os enormes prejuízos causados pelos devastadores incêndios que recentemente assolaram o país, queimando mais de 400.000 hectares de regiões arborizadas. No momento do voto, os deputados portugueses de todos os partidos uniram-se numa resolução que além de pedir um aumento da verba apela também à União Europeia para rever as suas políticas em matéria de combate às catástrofes e protecção civil.

Antes da votação, em plenário, o eurodeputado socialista Carlos Lage considerou que os 31.655 milhões de euros do Fundo de Solidariedade que a Comissão Europeia anunciou que iria disponibilizar constituía uma "ajuda precária" e defendeu "a revisão do montante previsto", até por causa "das actuais dificuldades financeiras do Estado português".

O eurodeputado socialista defendeu também apoios mais substanciais para Portugal, que não podem apenas ficar pela reafecção futura dos Fundos Estruturais. Na sua opinião, são também necessárias,



Carlos Lage criticou «os erros e omissões» que estiveram na origem dos incêndios

entre outras coisas, medidas de apoio que possam suprir as necessidades imediatas das populações afectadas.

Com efeito, a resolução apela à Comissão Europeia para que continue a colaborar com as autoridades nacionais no apoio às

populações afectadas, à minimização do impacto ambiental dos incêndios e à reforestação, apoiando todas as iniciativas nacionais de auxílio público visando repor o potencial produtivo das regiões atingidas, com o intuito de relançar a criação de

emprego e tomar as medidas necessárias para compensar os custos sociais inerentes à perda de postos de trabalho e fontes de rendimento".

O eurodeputado socialista critica também "os erros e omissões dos poderes públicos

que estiveram na base da tragédia", designadamente "a maneira caótica, desordenada e irracional como foi desenvolvida a floresta em Portugal". Neste âmbito, defende a implementação por parte do Governo de planos de prevenção e combate a incêndios, maior vigilância e policiamento das florestas, "sem esquecer a criação de molduras penais mais pesadas para os autores de crimes de fogo posto", aspecto este que também a resolução contempla.

O Parlamento Europeu pede à Comissão e ao Conselho que concedam prioridade à questão da criação de uma Força Europeia de Protecção Civil.

O Parlamento Europeu expressa o seu pesar e solidariedade às famílias das pessoas falecidas e aos habitantes das regiões sinistradas, e presta homenagem "à abnegação dos bombeiros, dos sapadores-bombeiros voluntários e das pessoas de boa vontade que se mobilizaram para lutar sem tréguas contra os incêndios e o calor".

O Conselho de Ministros da União terá agora a última palavra sobre os montantes a atribuir a Portugal.

PP

PAULO CASACA

UNIÃO DEVIA REVER ACESSO ÀS ÁGUAS ATLÂNTICAS

A União Europeia devia fazer uma revisão profunda da questão do acesso às águas ocidentais, adaptar a legislação europeia aos grandes princípios do Direitos Internacional e analisar as melhores formas de salvaguardar uma pesca sustentável no Atlântico, defendeu o eurodeputado Paulo Casaca, durante o debate no hemiciclo de Estrasburgo sobre a renovação do Protocolo de Pesca entre a União e a Gronelândia.

A posição assumida pelo eurodeputado pretendia protestar contra aquilo a que chamou a "intenção da Comissão Europeia de expropriar o direito que Estados e regiões como Portugal e Gronelândia têm de explorar as duzentas milhas da sua Zona Económica Exclusiva, consagradas pelo Direito Internacional.

Opondo-se veementemente à possibilidade de uma liberalização do acesso às águas nacionais, Paulo Casaca considerou "inadmissível" que ao abrigo de um "pretensão direito comunitário" se queira passar para a propriedade comum recursos piscatórios que são dos Estados.

"Partir de casos como a exploração comum de espécies migratórias no Mar do Norte e saltar para um princípio de propriedade comum dos recursos à luz de um direito que não existe, não é de forma nenhuma aceitável", sublinhou. O eurodeputado recusa que a mesma Comunidade Europeia que evocou a Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar para delimitar a propriedade de vários Estados sobre as minas

submarinas de energias fósseis no Mar do Norte, seja agora a que pretende que esse articulado deixe de ser válido para os recursos biológicos. "Estamos - afirmou - perante um direito que só existe no plano da defesa dos interesses dos Estados do Centro da Europa - onde se encontram as jazidas de gás e de petróleo -, e que deixa de ser tido em conta quando estão em causa os Estados periféricos ou regiões ultraperiféricas onde existem grandes áreas marítimas com recursos biológicos assinaláveis". Nesta sessão plenária, o eurodeputado interveio também no debate sobre o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, alertando em tom crítico para as medidas que neste âmbito devem ser tomadas no espaço da União Europeia.

SOARES REPUDIA SITUAÇÃO EM GUANTANAMO

A prisão sem quaisquer direitos há ano e meio de afegãos ditos terroristas nas prisões de Guantánamo mereceram o vivo repúdio do eurodeputado Mário Soares, que falava no 47º Congresso da União Internacional dos Advogados. "É algo que choca a consciência jurídica universal que aqueles presos que foram transferidos à força do Afeganistão para a base de Guantánamo, acusados de terrorismo, estejam sem processo, julgamento, garantias de defesa e sem assistência de advogado", afirmou.



Soares insurgiu-se contra a confusão entre "retaliação pura e simples ou, pior, vingança" e "a justiça que deve resultar da realização do Direito".

Estão presos em Guantánamo combatentes de 42 países, a maior parte deles originários da Arábia Saudita, Iémen e Paquistão. Mas muitos são oriundos dos países aliados dos Estados Unidos, como o Canadá, Suécia, Austrália, Reino Unido e Koweit, o que tem provocado alguns atritos com a Administração Bush.

APROVADO RELATÓRIO DE HELENA TORRES MARQUES

AGÊNCIAS DE VIAGENS EUROPEIAS SUBMETIDAS A NOVAS REGRAS



O turismo europeu irá ser submetido a um conjunto de novas regras que actualizam e clarificam um regime legal já desadequado face à evolução que o sector teve nos últimos 30 anos. Trata-se de alterações ao regime comunitário do IVA aplicável às agências de viagens que constam do relatório da eurodeputada Helena Torres Marques, aprovado por larga maioria na última sessão plenária do Parlamento Europeu.

As modificações agora introduzidas, que segundo a eurodeputada socialista irá produzir uma verdadeira revolução no

sector, visam contemplar novos tipos de ofertas fornecidas pelos operadores turísticos, corrigir situações de aplicação desigual da legislação em cada Estado-membro e evitar, por exemplo, que agências estabelecidas fora da UE vendam os seus serviços a cidadãos europeus com um IVA mais baixo do que o praticado pelos operadores sediados na União.

Algumas das alterações dizem ainda respeito à possibilidade de as empresas deduzirem o IVA quando participem em congressos ou em turismo de incentivos e às reservas electrónicas, onde é necessário defender as agências europeias da concorrência extracomunitária.

Refira-se que esta matéria regressou a Estrasburgo depois de já ter sido tratada por Helena Torres Marques num relatório de 2002. Na altura, a eurodeputada propôs uma série de modificações à "Sexta Directiva IVA" de 1977, aceites pelo PE e pela Comissão Europeia, que exigiram a alteração do próprio Regulamento que disciplina a cooperação administrativa no domínio dos impostos indirectos. Foi assim que esta semana, seguindo o procedimento de co-decisão e com base nas recomendações de Helena Torres Marques, a questão voltou a ser submetida à votação do PE.

Após a aprovação do seu relatório, a eurodeputada apelou a que a unanimidade que foi conseguida no PE seja agora obtida no Conselho de Ministros, na medida em que, apesar de ser muito necessária e óbvia a nova legislação, "só a unanimidade do Conselho a permitirá avançar".

INCONGRUÊNCIAS DA ACTUAL POLÍTICA ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Estado sem impostos é o Estado da desigualdade. Não se votam impostos por referendo.

1. A questão da baixa do IRS sugerida por alguns dirigentes do PSD não tem grande credibilidade no actual quadro económico-financeiro, nem é consistente com a estratégia global do Executivo em funções. Os governos dirigidos por António Guterres propuseram, e foram aprovadas por diversas vezes, na Assembleia da República, descidas do IRS, nomeadamente para as populações de rendimentos mais baixos ou de nível médio, tendo aumentado ainda, de forma drástica, o número de contribuintes isentos de IRS. O conjunto destas medidas abrangeu a maioria dos contribuintes. Por outro lado, alteraram-se os critérios de dedução das despesas sociais, que, até então, prejudicavam os contribuintes de menores rendimentos. E, entretanto, com a adopção do impropriamente chamado plano Mateus (no qual colaboraram outros ministros, como Sousa Franco e Vera Jardim), abriu-se espaço para a reentrada no sistema fiscal de centenas de milhares de contribuintes, o que efectivamente veio a ocorrer. Obtiveram-se, no mesmo período de governação socialista, numerosos ganhos na eficácia fiscal, também no universo empresarial.



JOEL HASSE FERREIRA

2. Prometeram os candidatos do PSD, antes das últimas eleições legislativas, reduzir drasticamente os impostos - era o chamado choque fiscal. Não só não o fizeram, como aumentaram de 17 por cento para 19 por cento a taxa máxima de IVA, sobrecarregando as empresas e os consumidores, contribuindo para o agravamento da inflação, para a redução da procura e para o arrefecimento da economia, preparando o caminho para a recessão e gerando a perda de poder de compra da maioria dos portugueses.

O Governo de Guterres e o Parlamento de maioria relativa socialista tinham descido as taxas do IVA aplicáveis em vários produtos e serviços, como por exemplo, na restauração e na venda de preservativos. Produtos houve, em que uma conjugação demagógica de comunistas com as direitas impediu, no Parlamento, a baixa das taxas de IVA, o que apenas beneficiou empresas e negociantes do Estado vizinho, tendo prejudicado o fisco português.

3. A anunciada baixa do IRC não terá efeitos imediatos e pode dever-se à necessidade, de para as pequenas empresas, diminuir o efeito negativo dos Pagamentos Especiais por Conta (devido à deficiente previsão de Vasco Valdez e à insensibilidade fiscal de Manuela Ferreira Leite). É oportuno lembrar que, durante o debate parlamentar do Orçamento de Estado para 2003, os deputados socialistas propuseram alterações à base de incidência e às taxas a utilizar nos Pagamentos Especiais por Conta, de modo a tornar a sua aplicação mais justa e mais adequada à realidade económica.

Ainda quanto ao IRC, importa relembrar que, durante a governação socialista, o IRC baixou de 36 por cento para 30 por cento em seis anos, para além de se terem estabelecido reduções maiores, nomeadamente para empresas do interior.

4. É claro que é importante aliviar os impostos sobre as empresas para reforçar a sua competitividade. Mas é necessário ponderar se não será preferível, na actual fase da vida económica e com a brutal quebra de receitas fiscais que a inabilidade e incompetência do Governo em funções provocaram, proceder a breve prazo, a uma redução de carácter selectivo no IRC. E essa selectividade deveria privilegiar as empresas que inovassem tecnologicamente, que criassem emprego ou que dinamizassem exportações de forma significativa.

5. Mas para a actual quebra de receitas, conta a desarticulação e a consequente perda de eficácia da máquina fiscal. Muitos técnicos superiores solicitaram a aposentação para fugirem ao efeito "guilhotina" provocado por Ferreira Leite. Outros, por sectarismo, foram afastados de postos-chave.

O Estado sem impostos é o Estado da desigualdade. Não se votam impostos por referendo. As suas descidas ou subidas devem ser ponderadas, equitativas e graduais, beneficiando a justiça e a eficácia fiscal, contribuindo para que a democracia seja mais solidária. O Estado com impostos a mais é opressor dos cidadãos e da vida económica.

Opinião

ACIDENTE NO IC19

SOCIALISTAS EXIGEM EXPLICAÇÕES SOBRE QUEDA DE TABULEIRO

A queda do tabuleiro de passagem pedonal no IC19, em Queluz, constitui um facto "extremamente grave", afirma o deputado socialista Miguel Coelho, num requerimento em que chama a atenção do Governo para um acidente que "põe em causa a confiança dos cidadãos nas obras públicas da responsabilidade de Estado e na segurança de circulação nas infra-estruturas sob tutela dos institutos públicos".

Para o parlamentar socialista, somente a ocorrência deste acidente justificaria a presença e as desculpas do ministro das Obras Públicas, seguindo-se o compromisso de proceder a uma rápida inquirição sobre o sinistro, com a garantia de que factos como estes não se repetirão.

"Pelo que se pode observar na Comunicação Social, o País ficou a saber que há cerca de dois meses a estrutura pedonal ficou abalada por mais de um toque de uma grua e camião TIR,



assim como que o senhor presidente da Câmara de Sintra informou ter dessas ocorrência dado conhecimento ao Instituto de Estradas de Portugal", lembrou Miguel Coelho, para quem urge dissipar qualquer tipo de dúvidas quanto à segurança, manutenção e reparação de todos estes tipos de passagens pedonais, viadutos e pontes e também obter explicações quanto ao acidente ocorrido.

Assim, o deputado quer que Carmona Rodrigues esclareça quando foi que o edil sintrense comunicou ao IEP a situação de precariedade da referida passagem pedonal? Quando foi efectuada a primeira vistoria após a denúncia? Que medidas provisórias de segurança foram adoptadas? A quem foi consignada a obra de reparação e elevação do tabuleiro da ponte? Que reforços foram feitos ao nível das estruturas da ponte? Quando foi feito o auto de recepção desta obra? Em que data e a que horas? Quais são as rotinas de segurança efectuadas pelo IEP para este tipo de pontes e passagens pedonais? E se se verifica ou se verificou algum tipo de acidente semelhante ao ocorrido há dois meses atrás em que algum camião TIR ou outro veículo pesado de circulação tenham embatido em pontes ou passagens pedonais? Se sim, que medidas foram tomadas?

M.R.

COLÓQUIO NOS AÇORES

REGIONALIZAÇÃO DO ENSINO CURRICULAR

A "adequação da linguagem" dos manuais do ensino básico às "características locais" das ilhas a partir do ano lectivo 2004/2005 foi a proposta apresentada pelo secretário açoriano da Educação e Cultura que, não obstante, descartou a hipótese de "manuais de cariz regionalista".

Ao intervir num colóquio iniciado no passado dia 4 na Praia da Vitória sobre "Reorganização Curricular e o Curriculum Regional", Álamo Meneses explicou que a ideia consiste, essencialmente e na prática, na "regionalização do ensino curricular". Segundo explicou, "só a médio prazo, mais de uma década, seguramente, podem vir a existir manuais que traduzam a realidade regional" e, até que isso aconteça, importa "alterar a linguagem de forma transversal nas diversas disciplinas de ensino".

Para Álamo Meneses, "devem ser

criadas pontes de relação entre o conteúdo escolar e o que são as características socioculturais da população que a escola serve, de forma a utilizarem a mesma linguagem".

"Faz pouco sentido estudar-se nas ilhas o que é uma aldeia quando na região a este tipo de povoado se chama freguesia, ou então falar-se de andorinhas, ave que não existe nos arquipélago", argumentou.

Os debates, em que participam professores e diferentes técnicos de educação dos Açores e Continente, encerraram com uma conferência do professor universitário Augusto Santos Silva, que abordou a problemática "A educação básica e secundária na perspectiva do século XXI".

Na sua intervenção, o deputado socialista chamou a atenção para o que considerou ser os "dois objectivos essenciais que temos pela frente em

matéria educativa".

"Ganho o desafio da frequência do ensino básico por todas as crianças em idade própria, importa agora universalizar progressivamente a frequência do ensino e da formação de nível secundário e melhorar sistematicamente a qualidade das aprendizagens", afirmou.

No colóquio de dois dias estiveram também em análise temas como a "Reorganização Curricular do Ensino Básico: Que Desafios para a Mudança da Escola", "O Curriculum Regional: Pressupostos, Processos e Produtos", "Regionalizar para quê?", "O Curriculum Regional: Áreas de Intervenção e Finalidades, Competências Regionais, Instrumentos e Estratégias", "Cenários da Descentralização Curricular" e "A Operacionalização do Curriculum Regional".

M.R.

MORTE DE SÉRGIO VIEIRA DE MELLO

PARLAMENTO APROVA VOTO DE PESAR

A Assembleia da República aprovou por unanimidade, no passado dia 3, um voto de pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello no atentado terrorista ocorrido, o mês passado, na delegação das Nações Unidas do Iraque.

Durante a reunião da Comissão Permanente (órgão que nas férias parlamentares substitui as sessões plenárias), o deputado Guilherme d'Oliveira Martins leu a mensagem de homenagem àquele a quem descreveu "símbolo da cultura da paz".

"Diplomata experiente, homem afável e aberto, lutador incansável pelos direitos humanos e pela paz foi morto em Bagdad, quando desejava intimamente que tudo pudesse regressar, o mais depressa possível, às mãos de instituições legítimas iraquianas, que pusessem termo à presença do exército que está no território", lembrou Oliveira Martins para quem Sérgio Vieira de Mello "foi vítima da impotência e das fragilidades de uma Organização que tem de ser reforçada e cada vez mais respeitada".

"Os mortos de 19 de Agosto são vítimas de um acto contra a solidariedade de quem tinha ido para o Iraque com o único propósito de ajudar o povo iraquiano e contra os restos de ordem internacional que a ONU signifique", declarou o parlamentar socialista, que alertou para a necessidade de se interromper o perigoso caminho do "choque de civilizações".

"Precisamos de mais diálogo inter-religioso, cultural e político" no mundo, defendeu.

ONDA DE CALOR E VAGA DE INCÊNDIOS

PS EXIGE PLANO ALARGADO DE INTERVENÇÃO E PREVENÇÃO

Em vez de refugiar-se em malabarismos estatísticos, o ministro da Saúde deveria ter apresentado ideias para precaver os portugueses no futuro. Os socialistas chamaram Luís Filipe Pereira à Comissão Permanente da Assembleia da República, no passado dia 3, para o questionar sobre a acção do Executivo durante a onda de calor. O governante esforçou-se por desdramatizar a situação e empenhou-se na proeza contabilística de reduzir os 1316 óbitos deste Verão a quatro, alegando que apenas este último valor se encontra sob a alçada do Serviço Nacional de Saúde, mas não convenceu. Inconformados e indignados, os deputados do Grupo Parlamentar do PS exigiram que o Governo apresente um plano estratégico alargado de intervenção e prevenção face a doenças associadas a alterações climáticas.

O desafio foi lançado pela deputada Maria de Belém Roseira, que defendeu a prossecução de um plano de apoio psicológico junto das famílias afectadas, depois de chamar a atenção para a "participação invisível" do titular da pasta da Saúde durante "a situação calamitosa" que se registou no País em Agosto e que resultou da coincidência nefasta de uma onda de calor e da proliferação, sem precedentes, de fogos florestais.

"A vaga de calor e os incêndios que devastaram a floresta no mês passado não são problemas que se esgotem no simples diagnóstico e discussão de dados estatísticos provisórios", disse a vice-presidente da bancada socialista, para quem é urgente que o Executivo apresente os verdadeiros números que decorrem do estudo levado a cabo no âmbito do projecto Ícaro do Instituto Ricardo Jorge.

Assim, Maria de Belém aconselhou o Governo a não limitar o plano de acção da tutela a conceder subsídios de sobrevivência, uma vez que tais medidas são "manifestamente insuficientes para as centenas de portugueses que em poucas horas perderam o fruto do trabalho de toda uma vida".

"É preciso apurar o que correu mal, as causas directas e indirectas das mortes ocorridas durante a vaga de calor, mas também é necessário dar apoio psicológico às vítimas dos incêndios e aos que directa ou indirectamente foram afectados por toda esta situação", defendeu a ex-titular da pasta da Saúde, que manifestou igualmente profunda preocupação com as doenças respiratórias decorrentes destes casos e para prevenção das mesmas exigiu à tutela um programa de acção especificamente direccionado às zonas atingidas pelo fogo por forma a garantir a qualidade do ambiente e dos cursos de água.

Por seu turno, o deputado Afonso Candal denunciou a discrepância gritante entre os números apresentados por Luís Filipe Pereira e os registos de óbitos até agora divulgados.

"O senhor ministro reduziu 1316 a



Deputados socialistas querem que o Governo apresente um programa de acção direccionado às zonas atingidas pelos incêndios de Verão e um plano de prevenção contra doenças associadas a alterações climáticas

quatro mortes! Isto não é uma guerra de estatísticas, mas também não é uma brincadeira. O que foi que aconteceu com os outros 1312 óbitos", questionou o deputado.

Candal criticou também o governante por escudar-se, mais uma vez na desculpa segundo a qual "não se pode pedir do Governo que resolva todos os problemas de saúde em pouco mais de um ano de mandato".

"Mas foi também nesse espaço de tempo que o senhor ministro gastou 900 milhões de euros", ripostou o parlamentar socialista, lembrando que tal verba teria sido suficiente para climatizar a maioria das unidades de cuidados de saúde em Portugal.

Luís Filipe Pereira foi também fortemente criticado por não ter desencadeado uma campanha de informação ao público para divulgar as precauções a tomar face à onda de calor que atingiu o País. O PS condenou a "ausência de uma campanha na Comunicação Social que atingisse os mais necessitados", tendo o deputado socialista Luís Carito defendido que "uma acção informativa difundida em horário nobre televisivo teria sido decisiva" neste caso e lembrando que, mesmo que a maioria dos óbitos deste Verão se tenham registado fora dos serviços hospitalares, este facto não iliba o Governo das suas responsabilidades.

"Considerar que tudo o que podia ser feito foi efectivamente feito nas instituições de saúde portuguesas é não

pensar nos mais desfavorecidos ou naqueles que, por qualquer razão, não chegaram até elas", disse, condenando políticas do Governo no sector que, segundo afirmou, levaram à destruição das redes de parceria local para luta contra a pobreza e desenvolvimento.

Já o deputado Nelson Baltazar centrou a sua intervenção numa crítica contundente aos cortes cegos no PIDDAC, apelando ao Governo para que não penalize mais a saúde e que reavalie a questão do investimento público neste sector.

Sem admitir ou contrariar, a necessidade de se ter realizado a exigida campanha – embora tenha reconhecido esse como "um aspecto a melhorar" –, o ministro da Saúde reafirmou que, numa primeira avaliação, é possível dizer que a resposta do Serviço Nacional de Saúde foi positiva.

Recorde-se que a presença do governante no Parlamento na passada quinta-feira foi solicitada com urgência pelo PS, que pretendia uma explicação sobre a actuação dos serviços públicos de saúde durante a vaga de calor que se registou entre o final de Julho e a primeira quinzena de Agosto.

Ao ser confrontado com a necessidade de ser elaborado um plano de acção para fazer face a futuras ondas de calor, o ministro não deu resposta concreta preferindo debruçar-se sobre as "melhorias" que descreveu como necessárias no sistema, destacando uma maior agilidade no apuramento das

certidões de óbitos.

Entretanto, a proposta socialista para a realização de um inquérito parlamentar às causas dos incêndios e à actuação do Governo no combate aos fogos foi rejeitada pela maioria governamental PSD/CDS-PP.

Ferreira Leite no Guinness por manipulação orçamental

Também na reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República do passado dia 3 ficou claro que o Governo e a ministra das Finanças recorrem a sucessivas operações de cosmética nas contas públicas.

A denúncia foi feita pelos deputados do PS que criticavam desta forma a revisão em alta da meta para o défice orçamental, de 2,437 por cento para 2,944 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), muito próximo do limite imposto por Bruxelas, fixado nos 3 por cento.

É que, segundo o deputado Joel Hasse Ferreira, este aumento representa "a afirmação plena do claro fracasso da política financeira e orçamental que [o Executivo] vem procurando concretizar".

"A Dra. Ferreira Leite merecerá certamente o Guinness por manipulação orçamental, mas não resolverá nenhum problema real que permita ultrapassar com eficiência e rigor os problemas suscitados pelas dificuldades da situação orçamental portuguesa", acusou,

frisando as suas dúvidas quanto ao cumprimento da nova meta para o défice fixada pelo Governo.

Segundo Hasse Ferreira, "só a cosmética orçamental ou manipulações contabilísticas poderão impedir eventualmente um défice recorde desde há muitos anos".

A bancada socialista desafiou ainda o Executivo de direita a explicar "que acções terá desenvolvido junto de outros Estados-membro da União Europeia" com o objectivo de reavaliar o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), seguindo uma resolução parlamentar aprovada em Janeiro.

"Não sabe o actual Governo português que alguns dos Estados da UE se preparam, de forma assumida, para não cumprirmos os 3 por cento acordado no PEC?", questionou Joel Hasse Ferreira, sublinhando que "Portugal quer desenvolvimento, emprego e solidariedade, não precisa de cabriolas orçamentais".

Sobre a situação no Iraque, o deputado Manuel Alegre frisou que o PS nunca aprovou o apoio de Portugal à coligação anglo-americana que invadiu este país do Médio Oriente sem o apoio das Nações Unidas.

Razão para que, logo a seguir, o parlamentar socialista tenha afirmado ter chegado a altura de Durão Barroso "dizer que provas é que viu" que o levaram a apoiar a ofensiva militar no território iraquiano.

ELEIÇÕES EM SAMORA CORREIA

PS APOSTA EM LISTA JOVEM PARA GANHAR JUNTA DE FREGUESIA

O Partido Socialista apresenta uma lista renovada encabeçada por José António Dias para disputar as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Samora Correia marcadas para o próximo dia 21. José António Dias afirmou ao "Acção Socialista" que o seu programa eleitoral incide principalmente nas áreas da saúde, da educação, da segurança e do ordenamento do território, porque considera que "estas são áreas de intervenção prioritária na freguesia", acrescentando ainda que a sua lista é maioritariamente composta por jovens, uma vez que "o partido aposta na juventude para ganhar as eleições".

O candidato justifica as opções do seu programa eleitoral dando como exemplos "a falta de instalações na área da saúde e a falta de estabelecimentos escolares na freguesia para servir a população local" ao



mesmo tempo que recorda que "quem ganhar só terá dois anos para trabalhar, uma vez que se trata de eleições intercalares, e para nós é prioritária a resolução destas carências". O Partido Socialista quer ainda alterar o sistema de trabalho que existe na Junta de Freguesia, "de forma a pressionar a autarquia local e o Governo na defesa dos interesses de Samora Correia".

AVEIRO

CENTRO DA CIDADE DISPÕE DE MAIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO

Aveiro dispõe desde sábado passado de um total de 3000 lugares de estacionamento pago, dois terços dos quais em espaços cobertos, no centro da cidade. O presidente da câmara, Alberto Souto Miranda anunciou, por outro lado, a construção e reabilitação de parques de estacionamento periféricos, todos de utilização gratuita, com capacidade para receber 5000 viaturas.

Segundo o autarca socialista, "a estratégia da câmara passa por incentivar os

automobilistas a deixarem os seus veículos na periferia e deslocarem-se ao centro em autocarro, uma vez que somos uma das cinco cidades portuguesas com uma rede de transportes urbanos".

Alberto Souto Miranda adiantou, entretanto, que tem um plano para otimizar a rede viária da zona rural do concelho, que se encontra "muito degradada" na sequência da instalação de redes de saneamento básico.

MATOSINHOS

APROVADO PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL

A Câmara Municipal de Matosinhos aprovou a criação da "Casa do Bosque", um novo serviço educativo que pretende captar públicos através do contacto com diferentes expressões culturais.

Com esta iniciativa a autarquia socialista pretende fomentar a troca de ideias e estimular o gosto, a crítica e um maior conhecimento das diferentes expressões culturais e ainda promover a defesa e respeito pelo património do concelho e ao mesmo tempo contribuir para o

reconhecimento da importância da protecção ambiental.

A edilidade de Matosinhos aprovou ainda a construção de dois novos pavilhões polidesportivos nas freguesias de Leça da Palmeira e Cruz de Pau.

Com estes dois equipamentos, o concelho de Matosinhos passa a dispor de 12 pavilhões, duas zonas desportivas, um campo de futebol municipal, cinco piscinas cobertas, um complexo desportivo e um centro de desportos e congressos

ÉVORA

CÂMARA INAUGURA ETAR EM VALVERDE

A Câmara Municipal de Évora inaugurou no sábado a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Valverde, uma obra da autarquia socialista que envolveu um investimento de 252 mil euros.

A ETAR de Valverde foi equipada por forma a permitir um tratamento biológico das águas residuais, feito através de um sistema de lamas activadas por arejamento prolongado. De acordo com a autarquia, esta obra insere-se num plano municipal de

construção e recuperação de ETAR's, cujo montante de investimento ultrapassa um milhão de euros.

No âmbito da sua participação no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento, a câmara municipal prevê também construir novas estações de tratamento de águas residuais na Vendinha e em Nossa Senhora de Machede, para além da remodelação da rede de esgotos da cidade e diversas freguesias rurais.

SANTARÉM

MUNICÍPIO ASSINALA SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE

Durante este mês, dois mini-autocarros eléctricos "amigos do ambiente urbano" vão circular no centro histórico de Santarém, numa iniciativa inserida na Semana Europeia da Mobilidade que decorre entre os dias 16 e 22 deste mês, promovida pela autarquia socialista.

O presidente da Câmara Municipal de Santarém, Rui Barreiro, acredita que a circulação destas viaturas no centro histórico da cidade poderá acabar com alguns dos problemas de circulação e estacionamento.

Para o autarca socialista, caso Santarém venha a adquirir os autocarros, o município estabelecerá uma parceria com a Rodoviária do Tejo, para compartilhar o preço dos bilhetes, uma vez que a maioria dos utilizadores serão idosos e crianças.

Para assinalar a Semana Europeia da Mobilidade a autarquia vai ainda realizar várias iniciativas, tais como, a interdição de algumas zonas de zonas ao tráfego automóvel, a disponibilização gratuita de bicicletas, animação de rua sob o lema "Este Espaço é Vosso", rebaixamento dos passeios nas passadeiras para peões, instalação de avisadores acústicos nos semaforos para peões, entre outras.

Prevenção de incêndios no centro histórico

Entretanto, a autarquia e a Associação Comercial vão realizar, de Outubro a Janeiro, uma campanha de prevenção de incêndios no centro histórico da cidade.

O projecto do Gabinete de Protecção Civil

Municipal prevê a edição de um folheto explicativo para os comerciantes e formas de incentivo à instalação de equipamentos de detecção de incêndios. O Executivo camarário vai ainda diminuir para metade o custo de instalação e anuidade de alarmes colocados nos Bombeiros Municipais para incentivar novas adesões, uma vez que, segundo a autarquia, apenas uma "pequena percentagem" dos comerciantes aderiu até agora a este sistema, sendo a ideia alargá-lo ao maior número possível.

A autarquia socialista entende ainda que a aposta numa política de prevenção é fundamental, sendo o centro histórico uma área de particular risco, devido ao estado em que se encontram muitos edifícios e à desertificação daquela zona da cidade.

VILA NOVA DE CERVEIRA

AUTARQUIA QUER CRIAR FUNDAÇÃO PARA GERIR BIENAL DE ARTE

O município de Vila Nova de Cerveira quer criar uma fundação para gerir a Bienal de Arte Contemporânea local.

Para o presidente da autarquia socialista, José Manuel Carpinteira, "a Bienal de Cerveira é uma realidade consolidada, já tem 25 anos, e para crescer precisa de uma estrutura fixa permanente, pelo que pensamos que a criação de uma

fundação destinada a organizar e promover esta iniciativa é a solução mais adequada".

A fundação terá por missão principal dar maior autonomia e capacidade de actuação à estrutura responsável pela organização da Bienal e estará aberta a todas as entidades públicas e privadas que nela queiram participar.

No entanto, e segundo o autarca socialista, "a câmara manterá a sua ligação à Bienal, assumindo uma posição na fundação que lhe permita designar o seu presidente".

Recorde-se que a Bienal de Arte Contemporânea de Cerveira reuniu este ano 250 artistas vindos de 17 países, em quatro continentes.

BRAGA

MESQUITA MACHADO EXIGE SERVIÇO DE EMERGÊNCIA MÉDICA NA CIDADE

O presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado, exigiu que o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) crie na cidade um Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU).

Em conferência de Imprensa, Mesquita Machado afirmou que "se não há meios suficientes para atender às necessidades de Braga então era melhor que tivessem deixado as coisas como estavam em vez

de fazer reformas que não funcionam", afirmou, numa alusão à recente criação de um Centro de Orientação no Porto que também está vocacionado para atender as chamadas urgentes de Braga. Face ao alegado mau funcionamento do Centro, o presidente da câmara aconselhou os bracarense a telefonar para os Bombeiros Sapadores em caso de acidente, já que estes não se enganam no local nem se atrasam.

LAMEGO

AUTARCA FAZ DIAGNÓSTICO DO ESTADO DAS ESCOLAS DO CONCELHO

O presidente da Câmara de Lamego, José António Santos, vai durante o mês de Setembro visitar todos os estabelecimentos de ensino do concelho, para conhecer e tentar resolver os problemas sentidos no arranque do ano lectivo.

O autarca socialista lembrou que "todos os anos os professores se queixam que os políticos não têm sensibilidade para a educação, que têm de ser pressionados para resolverem os problemas.

José António Santos pretende com estas deslocações fazer um levantamento da situação em que se encontram os

estabelecimentos de ensino afirmando que "naqueles que forem da responsabilidade da autarquia, vamos fazer as obras necessárias em relação aos outros, quero também visitá-los para conhecer as suas preocupações e poder ajudar a pressionar os responsáveis mais directos a encontrar uma solução", afirmou.

Ao dedicar o mês de Setembro à Educação, José António Santos pretende dar um sinal aos professores que "não estão sozinhos, que podem contar com o presidente da edilidade para ajudar a solucionar os problemas".

MONÇÃO

EDILIDADE CONTRA ENCERRAMENTO DE POSTO DA GNR



O presidente da Câmara Municipal de Monção, José Emílio Moreira está apreensivo com o encerramento do posto da GNR de Tangil.

O autarca socialista sustenta que Monção é "um concelho de fronteira, muito extenso e populoso, com 33 freguesias, com uma população rural envelhecida e a viver em casas um pouco isoladas com necessidade de protecção e segurança", considerando ainda que 30 efectivos da GNR é "manifestamente pouco" para garantir a segurança do concelho.

"Encerrar o posto da GNR de Tangil vem contrariar toda a filosofia de segurança até agora defendida pelo ministro da Administração Interna", acrescenta o autarca.

O FLAGELO GOVERNAMENTAL

Com a sua política de redução drástica das despesas e investimentos sociais, o Governo não tomou medidas para a limpeza de matas, como foi referido por alguns autarcas, cortou na prevenção e na vigilância e, com a sua obsessão concentracionária, fundiu serviços, como a Protecção Civil e o Serviço Nacional de Bombeiros, que deviam permanecer separados, e que funcionaram de forma deficiente no combate aos incêndios. Como se isso não bastasse, e fazendo justiça ao seu slogan de que os "privados é que são eficientes", gastou uma fortuna em alugueres de meios aéreos a empresas privadas que se revelaram totalmente incapazes de realizar com sucesso as missões para que foram contratadas.

Portugal, Agosto de 2003: 417.000 hectares de área florestal ardida, da qual 75 por cento é constituída por floresta, quando a média dos anos anteriores era apenas de 40 por cento; 1316 mortos resultantes da vaga de calor entre finais de Julho e 12 de Agosto deste ano; praias fluviais e marítimas poluídas, a que foram retiradas a bandeira azul inundam, dia após dia, as notícias dos jornais. Entretanto, o Governo PSD/CDS não se cansa de louvar, num anúncio publicitário televisivo pago pelos dinheiro dos contribuintes, as maravilhas de Portugal como paraíso turístico. Teatro do absurdo? Não! Apenas um (des)governo generalizado em que as operações de *marketing* já mal conseguem encobrir o buraco negro para onde se precipita o país.

Entretanto, o Governo tudo faz para branquear-se, para iludir as suas responsabilidades. Os incêndios devem-se exclusivamente ora a factores fortuitos, como a vaga de calor anormal, ora às manias pirotécnicas dos incendiários. Alguns na comunicação social não hesitam em fazer coro com ele, como se fossem redactores do *Povo Livre*. Há de tudo: desde os "fatalistas", para quem "Somos todos responsáveis" por o país ter ardido na primeira quinzena de Agosto, passando pelos "indiferentes", que dizem que a "culpa é dos sucessivos governos", pelas "boas almas", para as quais "O português, é assim, coitadinho, desleixado, desorganizado e descoordenado por natureza", e acabando nos solipsistas, que consideram ser um "exagero mediático", relativamente a 1991, ano em que uma outra vaga de calor foi responsável por fogos devastadores, a situação actual.

No entanto, as responsabilidades governamentais não podem ser iludidas. Com a sua política de redução drástica das despesas e investimentos sociais, o Governo não tomou medidas para a limpeza de matas, como foi referido por alguns autarcas, cortou na prevenção e na vigilância e, com a sua obsessão concentracionária, fundiu serviços, como a Protecção Civil e o Serviço Nacional de Bombeiros, que deviam permanecer separados, e que funcionaram de forma deficiente no combate aos incêndios. Como se isso não bastasse, e fazendo justiça ao seu slogan de que os "privados é que são eficientes", gastou uma fortuna em alugueres de meios aéreos a empresas privadas que se revelaram totalmente incapazes de realizar com sucesso as missões para que foram contratadas.

Desta incúria generalizada, desta incapacidade manifesta de coordenação e prevenção destacam-se ainda as considerações de uma estranha personagem que, ao que tudo indica, é ministro da Agricultura deste país reduzido a cinzas. Numa entrevista concedida à revista dominical do jornal *Público* de 10 de Agosto de 2003, foi-lhe perguntado quando se poderá ter em Portugal uma floresta segura, ao que o digníssimo ministro respondeu nestes termos: "É completamente impossível pensar que, na maior parte da floresta actual, se pode obrigar as pessoas a limpar o mato, muito dele de nascimento anual. Muitas vezes qualquer operação de limpeza de mato seria de custo superior ao valor do "stock" de madeira todo. Isto é assim. É uma realidade".

As considerações deste personagem, ao que tudo indica, ministro da Agricultura, retratam bem o comportamento do Governo em toda esta tragédia. De acordo com esta patética personagem acaba por sair mais barato a destruição da floresta do que a sua preservação nas "actuais condições". Pergunta-se: mas o que fez o Governo para mudar a "realidade" e as "actuais condições"? Nada! É certo que Durão Barroso já anunciou um grandioso plano de reforma florestal que estará pronto até finais de Outubro. Sevinata Pinto, Durão e os seus comparsas da coligação governamental parecem-se com Crisófilo, uma das personagens do pouco conhecido *Discurso sobre a riqueza*, de Jean-Jacques Rousseau, que prometia tornar-se rico para poder aliviar as misérias alheias. Tal como este personagem se esqueceu de cumprir a sua promessa ao atingir a opulência, também o Governo esperou que a floresta ardesse para prometer as medidas que a sua imprevidência, incúria e desleixo foi incapaz de tomar até finais de Julho deste ano. Não existem dúvidas que os fogos que queimaram as florestas do país foram um flagelo. Mas maior flagelo para o país é este Governo.



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

Correio dos Leitores

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

PORTAS E AS PRIMEIRAS PÁGINAS!!!

As primeiras páginas dos jornais vão enaltecendo aquilo que de mais importante vai acontecendo, diariamente, no país e no mundo. Para além dos títulos, as fotografias são, geralmente, bem ilustrativas do momento em causa, tiradas de bons ângulos com excelente enquadramento. As Primeiras Páginas, em muitos casos mais até do que o próprio conteúdo dos jornais, constituirão um documento histórico, capaz de fazer lembrar o leitor, ao longo dos tempos, de acontecimentos-chave, episódios marcantes e personagens mais ou menos importantes, despertando muitas vezes sentimentos de saudade, desprezo, horror, amor, ódio ou paixão.

A Primeira Página do "Público" de 19 de Agosto é, certamente, uma dessas páginas. Nela aparece Sua Excelência o ministro de Estado e da Defesa ajoelhado, a benzer-se nas "exéquias fúnebres de Maggiolo Gouveia", imagem esta secundada por uma outra, na página três, em que a mesma personalidade aparece de "olhos bem fechados" como que a mostrar grande sofrimento, consideração e apreço para com a figura homenageada. Ora, esta Primeira Página ficará, de facto, para a história como elucidativa do comportamento desta personalidade que, por obra do acaso, passou por um Governo da nossa Nação. A hipocrisia, o populismo, a demagogia, a farsa, o comportamento teatral, o "show-off", a incoerência, a Moderna, a falta de princípios e de sentido de Estado, a incapacidade, a inabilidade e a deslealdade, serão tudo características que muitos recordarão ao olharem para ela, para esta Primeira Página.

Mas todos sabemos que toda a acção política de Portas é feita para os "media", que tudo é construção e pose para a história, tal como referiu Eduardo Prado Coelho. Em *Correspondente de Guerra*, do Prémio Nobel John Steinbeck, a máquina de filmar é "uma arma secreta que (...) puxa magicamente cá para fora o *ego* curioso e infantil que todos possuem". No caso de Portas, este raciocínio cabe que nem uma luva e estende-se às máquinas fotográficas.

Mais tarde, quando Portas cair, ninguém o lembrará como tendo feito obra, como tendo servido para alguma coisa de útil. Mesmo os social-democratas que insistem em dizer que Portas "está a cumprir bem a função (...); que tem sido uma surpresa muito positiva (...) e um grande colega de coligação", vão olhar para esta Primeira Página como sempre olham, aliás, no tempo de Cavaco Silva, para as Primeiras Páginas do "Independente". É só dar tempo ao tempo!! Tudo isto cheira a falso e a sacrifício!! Durão Barroso, de facto, precisa de Portas para ser primeiro-ministro de Portugal mas não nos venham dizer que isto foi o que os portugueses escolheram. Ou então tivessem a coragem, antes das eleições, de anunciar ao País este cenário de coligação!

Mas havia apenas um aspecto que corria a favor de Paulo Portas até há bem pouco tempo e que até poderia justificar a sua presença em qualquer Governo de qualquer país. Todos julgavam que tinha um pacto com a Nossa Senhora, pelo facto do petróleo do "Prestige" não ter chegado a Portugal!! No entanto, com a catástrofe dos incêndios que fustigaram o País, até esse mito se esfumou!! Portas, irremediavelmente, ficará na História como o Ministro PP - Primeira Página!!!

LUIS MIGUEL FERREIRA - S. JOÃO DA MADEIRA



30 ANOS PARTIDO SOCIALISTA

Esta edição comemorativa dos 30 anos do Partido Socialista conta com os contributos de Alberto Aires de Carvalho > Alberto Oliveira e Silva > António Amout > António José Segura > Beatriz Lucas de O > Dieter Dellinger > Eduardo Ferro-Rodríguez > Jantima Madeira > João Gomes > José Apolinário > José Nunes > Liberto Cruz > Luís Nunes da Ponte > Luís Razeira > Manuel Pedroso Marques > Margarida Marques > Maria Carolina Tito Morais > Maria de Jesus Barroso > Mário Soares > Maria Sottomayor Cardia > Rodolfo Crespo > Roque Lino > Sérgio Sousa Pinto

O Partido Socialista é o único movimento de massa do Partido Socialista.

Visite-nos

<http://www.ps.pt>

À VENDA

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

AS DESPESAS CORRENTES DA SEGURANÇA SOCIAL DISPARARAM

No debate do OE para 2003 o PS alertou para o facto de os valores inscritos na Despesas Correntes da Segurança Social não serem suficientes para fazer face às necessidades que se adivinhavam, tendo em conta a evolução do **desemprego**, e a necessidade de se continuar a apostar na **Formação Profissional**, como forma de promover a empregabilidade.

| Despesas Correntes | 2002 | 2003 |
|---|-------------|--------------|
| DESPESAS CORRENTES | 1,7% | 8,4% |
| Pensões | -0,8% | 5,0% |
| Subsídio familiar a crianças e jovens | -1,2% | 5,0% |
| Subsídio de doença | -0,9% | 0,1% |
| Subsídio de desemprego, apoio ao emprego | 0,1% | 25,1% |
| Outros subsídios | 0,1% | 7,0% |
| Ações sociais | -1,2% | 0,0% |
| Fundamento Social de Iniciação (FSI) | -0,0% | 4,2% |
| Administração | -0,7% | -0,7% |
| Ações de formação profissional | 0,1% | -0,1% |

VALORES A DESTACAR

O QUE DIZ O GOVERNO

O OE para 2003 prevê um aumento de 25,8% nas despesas com subsídio de desemprego

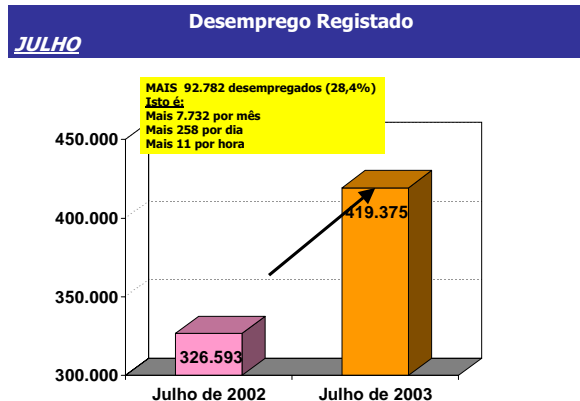
O OE para 2003 prevê um acréscimo de 62,2% para as despesas correntes em formação profissional

OS FACTOS

As despesas com subsídio de desemprego e apoio ao emprego aumentaram 35%

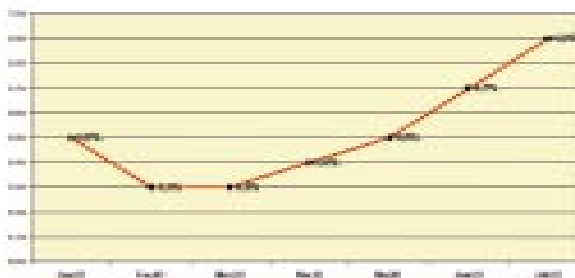
As despesas com acções de formação profissional diminuíram 85,5%

O DESEMPREGO NÃO PÁRA DE AUMENTAR



IEFP

TAXA DE DESEMPREGO 2003



E A RIQUEZA CONTINUA A DIMINUIR

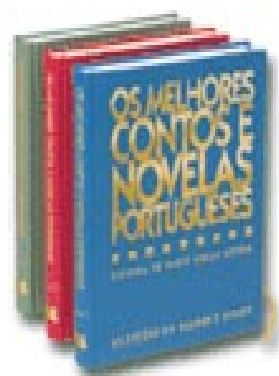
Taxa de crescimento económico na União Europeia (variação do PIB do 2º trimestre de 2003, face ao valor do 2º trimestre de 2002)

| | |
|----------------|-------|
| Alemanha | -0.2% |
| Bélgica | +0.8% |
| Dinamarca | -0.5% |
| Espanha | +2.3% |
| Finlândia | +0.8% |
| França | 0.0% |
| Grécia | +4.4% |
| Holanda | -0.9% |
| Itália | +0.3% |
| Reino Unido | +1.8% |
| Suécia | +1.5% |
| Portugal | -2.3% |
| União Europeia | +0.5% |

SUGESTÕES

ISABEL PIRES DE LIMA

REDESCOBRIR O CONTO PORTUGUÊS



Não sei muito bem por que razão mas o público português tem pouco o hábito de ler contos. Raramente um escritor se afirma no nosso universo literário como contista. Normalmente impõe-se primeiro como romancista e só depois será reconhecido como contista, embora na sua oficina de escrita ele tenha as mais das vezes começado pelo conto. Consequentemente, as próprias editoras tendem a não arriscar num jovem contista, mais depressa correm riscos publicando um novo romancista que pode no futuro trazer o retorno do investimento.

Claro que em parte isto se explica pelo facto de as narrativas longas terem podido ganhar terreno a partir dos finais do século XVIII com a industrialização da tipografia que tornou o livro um objecto barato e menos raro e com a alfabetização da burguesia, durante o século seguinte, que transformou a leitura num acto corrente e solitário. A leitura de narrativas breves, como o conto, feita à volta da lareira por alguém que sabia ler para os restantes membros analfabetos da família ou da sociedade em questão tinha os dias contados.

Estes argumentos também são válidos para o mundo anglo-saxónico – até com mais força de razão, visto que viveu mais cedo que nós aquelas modificações sociais – e todavia nesse universo o conto, a chamada *short story*, tem incomparavelmente mais leitores e mais prestígio que entre nós. Será que essas sociedades adoptaram a *short story* que se lê dum fôlego, num breve fim de tarde, no autocarro ou no metro, num momento de sossego antes de adormecer, porque ela se adequa mais ao ritmo acelerado do mundo moderno e depois ao ritmo entrecortado da condição pós-moderna, aonde chegaram mais cedo que nós?

Vem todo este arazzoado a respeito da sugestão de leitura que trago hoje. Trata-se de uma edição de *Os Melhores Contos e Novelas Portuguesas*, publicada este ano pelas Selecções do Reader's Digest, em três volumes, sendo a escolha dos contos

de Vasco Graça Moura. Edição bem vinda, antes de mais porque o conto português merece que lhe demos mais atenção e também porque o antologador foi cuidadoso, atento, quase sem omissões graves, e revelou muito bom gosto nas escolhas.

O conto mais remoto que o leitor aí encontra é o célebre "A Abóbada", de Alexandre Herculano e o mais recente, "O Cadáver de James Joyce", do jovem mas muito celebrado escritor José Luis Peixoto. No meio ficam praticamente todos os grandes contistas da nossa literatura (praticamente... há uma omissão que lamento, a recém desaparecida Maria Ondina Braga), sempre representados por apenas um conto e uma notícia biobibliográfica. O primeiro volume cobre o século XIX incluindo, para além dos românticos, os realistas e os naturalistas. Aí encontra aquela que é porventura a obra-prima do conto português ou, para não exagerar na minha paixão queirosiana, do conto português oitocentista, "José Matias", de Eça de Queirós. Se nunca o leu não tem perdão caso não aproveite esta oportunidade/sugestão para o fazer. Mas encontra ainda neste volume os excelentes contistas que são Fialho de Almeida e Trindade Coelho. Nos dois outros volumes encontra todo o século XX e encontra de tudo: 1- excepcionais contistas mais conhecidos como poetas, como Vitorino Nemésio ou Jorge de Sena ou Miguel Torga; 2- muito bons contistas prestigiados como romancistas, como Vergílio Ferreira ou Manuel da Fonseca ou José Cardoso Pires; 3- contistas de primeira água que o grande público quase ignora, como João de Araújo Correia ou Maria Judite de Carvalho ou Altino Tojal; 4- os melhores contistas do momento, como são Mário de Carvalho ou António Mega Ferreira ou Luísa Costa Gomes...

Esta edição tem contos para todos os gostos e para todas as horas. Aproveite aquela meia hora de espera ou aquela hora de transporte e leia um conto. É só uma questão de hábito...

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o